

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO - FAC



Trabalho de Conclusão de Curso

**VOZES DE RESISTÊNCIA: ECOFEMINISMO E MÍDIA INDEPENDENTE
NA AMÉRICA LATINA**

Orientadora: Katia Belisário

Amanda Peixoto Lima Amaral

200046357

Brasília - DF

Fevereiro / 2025

AMANDA PEIXOTO LIMA AMARAL

**VOZES DE RESISTÊNCIA: ECOFEMINISMO E MÍDIA INDEPENDENTE
NA AMÉRICA LATINA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Comunicação Organizacional orientado pela professora Katia Belisário.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Katia Maria Belisário (Orientadora)

Profa. Márcia Marques (Membro)

Profa. Janara Sousa (Membro)

Profa. Elen Geraldtes (Membro Suplente)

BRASÍLIA

Fevereiro / 2025

Às mulheres latino-americanas, que enfrentam as
secas, as enchentes e a força de um mundo
moldado pelo lucro. Que sua resistência siga
semeando futuros.

AGRADECIMENTOS

A educação tem o poder de transformar realidades. Assim como as mudanças climáticas exigem ação e consciência coletiva, o conhecimento nos dá as ferramentas para construir um futuro mais justo e sustentável. Desde cedo, sonhei em estudar em uma universidade federal, e essa conquista não teria sido possível sem o apoio das pessoas incríveis que caminharam comigo.

Aos meus pais e irmã que investiram na minha educação e sempre acreditaram no meu potencial. Obrigada por estarem sempre ao meu lado, celebrando cada vitória e me dando forças nos momentos difíceis.

À minha mãe, que sempre soube estar – nas chegadas e partidas, nas palavras certas e nos silêncios necessários. Pelo que cedeu sem pedir de volta, pelo cansaço jamais dito e pela força que me ensinou sem precisar nomear. Obrigada por ser colo, direção e coragem.

Ao meu pai, que me ensinou a olhar para a natureza com respeito e curiosidade e entender que a conexão com a terra nos ensina mais do que qualquer livro. Obrigada por me mostrar, desde cedo, que o conhecimento também está naquilo que nos cerca.

À minha irmã, Bianca, com quem divido não apenas a vida, mas os aprendizados que vieram no caminho. Crescemos lado a lado, nos ensinando sem perceber. Obrigada por ser coragem quando me faltou, por rir comigo quando só restava o cansaço e por me lembrar, sempre, que nenhuma jornada precisa ser solitária.

Aos meus amigos da escola, Letícia e Davi, que foram fundamentais, em especial durante o período do vestibular. Obrigada por nunca deixarem que eu duvidasse da minha capacidade e por acreditarem comigo que a UnB era um sonho possível. O incentivo de vocês fez toda a diferença nessa jornada.

Aos espaços que moldaram minha trajetória acadêmica: a UnBTV, onde fui estagiária e tive a oportunidade de crescer profissionalmente, o que mais tarde me levou a integrar seu Conselho Consultivo, expandindo meu olhar sobre a comunicação; o projeto de extensão Radar da Extensão, que me permitiu conectar o conhecimento universitário à sociedade; e meu estágio na Dataprev, nos quais aprendi sobre o impacto da informação e da tecnologia no mundo.

Aos amigos que a faculdade me deu, que transformaram essa jornada em algo muito maior do que apenas estudo e trabalho. Obrigada por cada conversa, por cada desafio compartilhado que se tornou mais leve e por cada momento que fez tudo valer a pena.

Um agradecimento especial à Beatriz e ao Ezequiel, que caminharam comigo ao longo desta etapa, e ao Nikolas e à Juliane, que estiveram ao meu lado nos momentos mais intensos do TCC. Pela paciência, pelo apoio inabalável e por nunca me deixarem desistir, sou imensamente grata. Sem vocês, esse percurso teria sido muito mais solitário – e infinitamente menos bonito.

Às mulheres fortes que me inspiram diariamente e que me ensinaram que a luta por um mundo mais justo começa na nossa vivência. Em especial, à minha mãe e às minhas avós, Maria José e Divina, cujas histórias de força e resiliência me mostram, todos os dias, o significado da resistência.

Às professoras que cruzaram meu caminho e me incentivaram a pensar criticamente, a questionar e a buscar conhecimento com propósito. Às mulheres do meu círculo de amizades, que compartilham suas experiências, sonhos e desafios, me lembrando sempre da importância da sororidade. E a todas aquelas que, direta ou indiretamente, me ensinaram que ser mulher é também um ato de coragem e transformação.

E, por fim, ao meu companheiro de todos os dias, meu cachorro Zuko, que, de formas que ele nem imagina, me motiva a seguir em frente e me traz conforto nos momentos de incerteza.

A todas vocês, meu mais sincero obrigada.

"A destruição da natureza e a exploração das mulheres andam juntas. Precisamos de uma nova visão que respeite ambos." - Vandana Shiva

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de Palavras Revista AzMina	46
Figura 2 -Nuvem de Palavras Revista Volcánicas.....	53
Gráfico 1 – Distribuição de matérias ao longo de 2024 da Revista AzMina.....	48
Gráfico 2 – Distribuição de matérias ao longo de 2024 da Revista Volcánicas.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorização da Revista AzMina.....	37
Quadro 2 - Categorização da Revista Volcánicas.....	39

AGRADECIMENTOS-----	4
LISTA DE FIGURAS-----	7
LISTA DE QUADROS-----	8
RESUMO-----	10
ABSTRACT-----	11
INTRODUÇÃO-----	12
1. REVISÃO TEÓRICA-----	16
1.1 Raízes do feminismo-----	16
1.2. As bases do ecofeminismo-----	23
1.3 Feminilização da Pobreza e questões ambientais-----	27
2. JORNALISMO, MÍDIAS INDEPENDENTES E CIBERESPAÇO-----	29
2.1 Jornalismo Tradicional e América Latina-----	29
2.2 Mídias Independentes e Ciberespaço-----	29
2.2.1 AzMina-----	31
2.2. 2 Volcánicas-----	33
3. PROCESSO METODOLÓGICO-----	35
3.1 A Análise de Conteúdo-----	36
3.2 Revista AzMina-----	37
3.3 Revista Volcánicas-----	39
4. ANÁLISE-----	42
4.1 A análise das palavras e padrões narrativos-----	42
4.2 Revista AzMina-----	43
4.3 Revista Volcánicas-----	50
4.4 Constatações-----	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	59

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as mídias independentes feministas latino-americanas, com enfoque no ecofeminismo e nas questões de justiça climática. Destaque para a importância do ativismo feminino na construção de um futuro sustentável para a região. O estudo busca responder às seguintes perguntas de pesquisa: i) Como mídias independentes como a revista AzMina (Brasil) e Volcánicas (América Latina e Caribe) contribuem para a democratização da informação e a construção de narrativas sobre justiça climática e para o ecofeminismo?; ii) Quais estratégias de comunicação são eficazes na sensibilização e engajamento do público? A pesquisa baseia-se na pesquisa bibliográfica de autores que discutem o feminismo, ecofeminismo, comunicação, jornalismo e mídias alternativas. A metodologia utilizada inclui ainda a análise de conteúdo de publicações selecionadas, conforme as etapas propostas por Bardin (1977), com o intuito de compreender o impacto dessas mídias na construção de um discurso mais plural e crítico. Os resultados mostram a relevância das publicações estudadas sobre ecofeminismo na América Latina, a sua resistência na luta ambiental e de gênero, engajando as leitoras e propondo soluções para as crises ecológicas e sociais.

Palavras-chave:

Ecofeminismo; Comunicação; Mídias Independentes; Justiça Climática; América Latina.

ABSTRACT

This study aims to analyze Latin American feminist independent media, focusing on ecofeminism and climate justice issues. It highlights the importance of women's activism in building a sustainable future for the region. The research seeks to answer the following questions: i) How do independent media outlets such as AzMina (Brazil) and Volcánicas (Latin America and the Caribbean) contribute to the democratization of information and the construction of narratives on climate justice and ecofeminism?; ii) What communication strategies are effective in raising awareness and engaging the public? The study is based on a bibliographic review of authors who discuss feminism, ecofeminism, communication, journalism, and alternative media. The methodology also includes content analysis of selected publications, following the steps proposed by Bardin (1977), to understand the impact of these media in shaping a more plural and critical discourse. The results highlight the relevance of the studied publications on ecofeminism in Latin America, their resistance in the fight for environmental and gender justice, their engagement with readers, and their proposals for solutions to ecological and social crises.

Keywords:

Ecofeminism; Communication; Independent Media; Climate Justice; Latin America.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a inter-relação entre questões ambientais, de gênero, raça e classe tem ganhado espaço e relevância no meio acadêmico e social. Entre os conceitos que emergiram desse diálogo, destaca-se o ecofeminismo, uma escola de pensamento que associa o feminismo à ecologia. A corrente ecofeminista identifica que a opressão das mulheres e a exploração da natureza têm a mesma origem: capitalismo - um sistema que domina as esferas políticas, econômicas e sociais, estruturado sobre bases patriarcais (Kuhnen 2017; Lahar 2003; Warren 2003).

O termo ecofeminismo foi usado pela primeira vez no livro *Le Féminisme ou La Mort* (Feminismo ou Morte, em tradução livre), escrito pela ativista Françoise d'Eaubonne em 1974 na França. A obra surgiu em um contexto de intensificação dos debates feministas e ecológicos, particularmente na Europa e América do Norte, onde questões como o desarmamento nuclear, a oposição ao militarismo, o combate aos resíduos tóxicos e a luta pela autonomia corporal das mulheres ganharam força.

Mais tarde, ativistas e especialistas como Maria Miès (1993), Vandana Shiva (1993), Karen Warren (1990), Rosemary Radford Ruether (1975) e Carolyn Merchant (1980) desempenharam papéis fundamentais para a teoria ecofeminista, desenvolvendo perspectivas e abordagens que enriqueceram e diversificaram o movimento.

À medida que as crises climáticas se agravam, o ecofeminismo tem se consolidado como uma resposta à crise ecológica global, especialmente em países que compõem a América Latina. A região tem sido um dos principais focos de atenção devido à recorrência de desastres ambientais, que afetam desproporcionalmente as mulheres (Shiva, 2014; Merchant, 2020).

Casos como as enchentes no Rio Grande do Sul (2024) e o rompimento das barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), no Brasil, resultaram em um impacto devastador para as comunidades locais, onde as mulheres, muitas delas líderes de suas famílias, enfrentaram perdas econômicas severas e sofreram diversos tipos de violências (Freitas et al., 2016; Gonçalves & Pacheco, 2021).

Outro exemplo foi o aumento da frequência de furacões e enchentes na América Central, como o Furacão Eta (2020), que deixou milhares de desabrigados, afetando majoritariamente mulheres em situação de vulnerabilidade (Cevallos, 2020; Oxfam, 2021).

Essas catástrofes ambientais, muitas vezes agravadas pela exploração desmedida dos recursos naturais, evidenciam a importância de uma abordagem ecofeminista nas discussões sobre justiça climática.

Nesse sentido, o movimento por justiça climática feminista tem mobilizado especialistas de diversas áreas para promover e aprimorar os debates sobre políticas públicas, economia e direitos sociais. Ademais, é importante ressaltar que em um mundo cada vez mais ameaçado pelas mudanças climáticas, questões ecológicas e ambientais tem deixado de ser um tema restrito a especialistas, tornando-se uma preocupação que afeta toda a sociedade.

O debate ganhou força a partir do relatório *Feminist Climate Justice: A Framework for Action* (ONU Mulheres, 2023), que evidencia o impacto desproporcional das crises ambientais sobre meninas e mulheres. Dados apresentados no documento indicam que 80% das pessoas deslocadas por desastres climáticos são mulheres, destacando como as desigualdades de gênero se entrelaçam com a vulnerabilidade socioambiental.

A relevância desse tema tem sido amplamente discutida em fóruns internacionais de grande relevância, como o G20, realizado na Índia em 2023 e no Brasil em 2024, bem como nas sessões de debate da Assembleia Geral das Nações Unidas e da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2024 (COP29).

Em eventos realizados ao longo de 2024 no âmbito do G20, foi enfatizado que, embora as mulheres estejam entre as mais impactadas pelas mudanças climáticas, elas permanecem sub-representadas em espaços de poder e decisão. Essa disparidade ressalta a necessidade de ampliar a participação feminina em posições estratégicas, garantindo que suas vozes e experiências sejam incorporadas às ações globais para enfrentar a crise climática.

Sob essa ótica, as mídias independentes feministas latino-americanas têm desempenhado um papel crucial na democratização da informação sobre a temática e na criação de espaços de diálogo que refletem as realidades complexas e interseccionais das mulheres na região. Essas mídias ainda desafiam a narrativa dominante dos grandes veículos de comunicação, frequentemente centrada em perspectivas hegemônicas.

Dentre essas mídias, destaca-se a revista brasileira AzMina, fundada em 2015, cujo intuito é “usar a informação, tecnologia e educação para combater a violência de gênero” (AzMina, 2023). Incorporando a justiça climática feminista em suas pautas, o veículo possui

mais de 3 milhões de leitores anuais e opera também por meio de uma *newsletter* e um Instagram ativo com mais de 125 mil seguidores.

Outra mídia independente de grande relevância nesse cenário é a revista latino-americana *Volcánicas*, criada em 2018 na Colômbia. Com um foco voltado para a produção de conteúdo feminista interseccional, a publicação se dedica a abordar questões que atravessam gênero, raça, classe e território, com especial atenção às realidades da América Latina.

Estas plataformas independentes elevam a visibilidade das mulheres como protagonistas na luta contra as crises ambientais e promovem uma compreensão mais ampla e profunda das conexões entre gênero, justiça social e sustentabilidade ecológica. Em um cenário global marcado pela desigualdade de acesso à informação, o trabalho dessas mídias é fundamental para empoderar comunidades marginalizadas, influenciar políticas públicas e fomentar uma conscientização coletiva em torno da urgência de uma justiça climática que seja verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Diante do cenário de crise climática, torna-se imprescindível a investigação de temas que envolvem o meio ambiente, o feminismo e a comunicação. No contexto das mídias independentes, essa atuação se revela como uma ferramenta estratégica para dar visibilidade às questões ambientais e provocar mudanças sociais. Observa-se que o uso estratégico da comunicação pode contribuir para transformar realidades e mobilizar a sociedade em torno da preservação ambiental, um papel que, muitas vezes, não é cumprido pela mídia tradicional, que tende a negligenciar ou minimizar a gravidade dos problemas de ordem climática.

Assim sendo, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretende responder às seguintes perguntas de pesquisa: i) Como mídias independentes como a revista *AzMina* (Brasil) e *Volcánicas* (América Latina e Caribe) contribuem para a democratização da informação e a construção de narrativas sobre justiça climática e para o ecofeminismo?; ii) Quais estratégias de comunicação são eficazes na sensibilização e engajamento do público?

O objetivo geral é analisar publicações das revistas *AzMina* (Brasil) e *Volcánicas* (América Latina e Caribe) e suas contribuições na difusão do ecofeminismo como parte da luta por justiça climática. Busca-se, assim, compreender como essas plataformas têm promovido a democratização da informação relacionada a questões ambientais e de gênero.

Os objetivos específicos da pesquisa incluem:

1. Selecionar publicações das revistas mencionadas com foco na recorrência de desastres ambientais, que afetam desproporcionalmente as mulheres.
2. Analisar as palavras utilizadas por essas publicações e coletivos ao tratar de justiça climática, com foco na criação de uma nuvem de palavras a partir dos conteúdos publicados por essas mídias, destacando os termos mais recorrentes e suas respectivas implicações.
3. Avaliar quais formatos e tipos de conteúdo têm maior impacto na audiência dessas mídias, estudando a eficácia de diferentes formatos (artigos, vídeos, infográficos, entre outros) e tipos de conteúdo (opiniões, reportagens, entrevistas) na promoção da conscientização sobre temas de justiça climática feminista.
4. Explorar a aplicação das teorias do *newsmaking* e da comunicação construtivista no contexto das mídias independentes feministas, evidenciando como essas teorias moldam a construção da realidade e influenciam a percepção pública sobre justiça climática e ecofeminismo.
5. Identificar os maiores desafios enfrentados por mídias independentes feministas na comunicação sobre justiça climática, mapeando as dificuldades relacionadas à escassez de recursos, ao alcance limitado e à manutenção da independência editorial, e como esses fatores impactam a capacidade dessas mídias de democratizar a informação.

A fim de alcançar esse propósito, serão utilizados processos metodológicos distintos. Partiremos de uma revisão bibliográfica com autoras e autores que tratam de feminismo, ecofeminismo, estratégias de comunicação e América Latina. Posteriormente, será realizada uma análise de conteúdo das publicações selecionadas.

O estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro será apresentada uma revisão teórica sobre feminismo, ecofeminismo, América Latina e estratégias de comunicação. No segundo capítulo serão analisadas detalhadamente cada mídia independente latino-americana selecionada para análise. A terceira parte será dedicada à análise de conteúdo de cada uma delas com as etapas propostas por Bardin. Na última parte, capítulo 4, serão apresentados os resultados obtidos com a pesquisa e as observações.

1. REVISÃO TEÓRICA

1.1 Raízes do feminismo

O feminismo, segundo Garcia (2011), é um movimento social, político e cultural que busca a equidade de gênero ao combater estruturas opressoras que sustentam desigualdades entre homens e mulheres.

[...] como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim (Garcia, 2011, página 13).

Timoteo (2013) ressalta que o movimento foi originado a partir das ideias iluministas e dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade promovidos pelas Revoluções Francesa e Americana, o feminismo emergiu como resposta às limitações impostas às mulheres na sociedade. Desde então, o movimento tem se expandido para abranger pautas como o fim da violência de gênero, a autonomia das mulheres, a desconstrução do patriarcado e a interseccionalidade, reconhecendo as múltiplas formas de opressão que afetam mulheres de diferentes origens e identidades (Beauvoir, 1949; Crenshaw, 1991).

De acordo com Zirbel (2021), com o avanço das pautas no meio feminista, surgiu a necessidade de mapear as diferentes demandas, os contextos e as dinâmicas sociais que caracterizaram cada período da luta pela equidade entre os sexos. O objetivo era de que essa categorização permitisse identificar como as demandas feministas evoluíram, refletindo as transformações sociais, políticas e econômicas ao longo do tempo, e como dialogaram com os desafios específicos de cada época. Foi com esse intuito que o termo de "ondas" foi criado.

Em muitas ocasiões, as ondas do feminismo não se formaram por meio de uma única perspectiva ou pela ação de um único grupo de mulheres (Zirbel, 2021). Pelo contrário, foi a ação conjunta de diversas coletividades que, ao longo da história, se uniram para potencializar pautas comuns.

O conceito de “ondas” foi introduzido no discurso público em 1968, quando Martha Weinmann Lear publicou no *New York Times* o artigo intitulado “A Segunda Onda Feminista”. Neste texto, Lear retomava a luta por direitos políticos e civis básicos, como o sufrágio feminino, acesso à educação e direito à propriedade, classificando-a como a

“primeira onda” do feminismo. Ela sugeria que um novo momento de mobilização estava em curso, já que, embora alguns avanços tenham sido obtidos por meio da primeira geração de luta feminista, como o direito ao voto em diversos países, as mulheres continuavam a ser excluídas das esferas decisórias, dominadas principalmente por homens brancos e de classe alta.

Essa exclusão histórica pode ser observada no contexto das manifestações sufragistas do final do século XIX e início do século XX, que mobilizaram mulheres de diferentes origens e classes sociais, unindo forças na luta pelo direito ao voto. Conforme Zirbel (2021), embora amplamente associado a mulheres brancas de classe média, o movimento sufragista também contou com a participação crucial de mulheres negras, indígenas e de classes trabalhadoras, cujas demandas frequentemente se entrelaçaram com as de outros grupos sociais, como os movimentos abolicionistas e de direitos civis.

A segunda onda, compreendida entre as décadas de 1960 e 1980, buscou ampliar e aprofundar as questões e direitos conquistados anteriormente (Beauvoir, 1949; Scott, 1986). Por esse motivo, temas como igualdade no trabalho, direitos reprodutivos, violência de gênero e sexualidade foram o centro das discussões e teorias. Nessa fase, houveram estudos e debates mais estruturados sobre patriarcado, o que provocou uma maior consciência coletiva sobre a opressão estrutural.

Paralelamente, algo inédito ocorria nos países que investiram em um projeto de ensino universal e no qual inúmeras mulheres haviam se inserido: uma nova geração de moças minimamente ou muito instruídas circulava por essas realidades sociais. Livros e textos com conteúdo feminista atingiam um número crescente de pessoas. Estudos sobre as mulheres e Estudos Feministas começavam a ser organizados, propondo novos temas e questionando os conteúdos tradicionais (Zirbel, Ilze. Ondas do feminismo. Mulheres na Filosofia, 2023. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 4 dez. 204)

Nessa linha, Almeida (1999) explica que Simone de Beauvoir, em 1949, desempenhou um papel fundamental com o seu livro “Segundo Sexo”, ao consolidar o feminismo como um campo político-filosófico durante a segunda onda. Na obra, considerada por muitas feministas como um “grito de libertação”, De Beauvoir utilizou de perspectivas biológicas, psicanalíticas, materialistas, histórica, literária e antropológica para analisar fatos e mitos sobre mulheres e concluiu que nenhuma dessas perspectivas é suficiente para definir o que é ser mulher, mas contribuem para defini-la como “outro” na sociedade diante do homem/masculino.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (De Beauvoir, 1949, p.9)

De acordo com Borges (2013), a obra de Beauvoir foi alvo de ataques tanto de conservadores quanto de comunistas, não apenas na França, mas também em diversos países ao redor do mundo alcançou projeção internacional. Enfrentou censura em regimes autoritários, como na Grécia durante a ditadura, como destacam Francis e Gontier (1986). O Vaticano chegou a incluir a obra no *Index Librorum Prohibitorum*, a lista de livros proibidos pela Igreja Católica, o que reflete o confronto entre as perspectivas feministas emergentes na época e as estruturas patriarcais tradicionais, muitas vezes vinculadas à religião.

Conforme Rowley (2006), o livro conquistou um público muito expressivo - no Japão, por exemplo, se tornou um *best-seller*. Outro marco clássico dessa fase foi o livro *A Mística Feminina*, de Betty Friedan (1963). A obra analisa a construção do ideal feminino centrado na figura da dona de casa perfeita, mãe dedicada e esposa exemplar, questionando os papéis tradicionais atribuídos às mulheres. Apesar de ter se tornado um dos clássicos feminista, o texto foi alvo de críticas por se limitar à pautas de mulheres brancas de classe média ocidentais.

Sob essa perspectiva, como aponta o estudo de Zirbel (2021), os textos feministas, embora com críticas, expandiram seu alcance, envolvendo um número crescente de mulheres e ultrapassando as fronteiras da literatura. O feminismo, então, passou a permear outras formas de expressão cultural, como cinema, música e teatro, consolidando-se como um tema transversal em diferentes linguagens artísticas. Com isso, milhares de mulheres voltaram a se reunir no cenário público, a partir de organizações de cunho feminista.

Na esfera latino-americana, durante o mesmo período, países como Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Guatemala, República Dominicana e Brasil viviam sob regimes de ditadura militar. Esses governos autoritários, sustentados por estruturas repressivas e frequentemente alinhados aos interesses das potências do Norte Global durante a Guerra Fria, foram responsáveis por silenciar e reprimir diversos movimentos sociais, entre eles, os das mulheres (Timoteo, 2013; Zirbel, 2021).

Reuniões públicas foram proibidas ou vigiadas, impedindo a organização de muitos grupos. Por conta disso, a luta contra a ditadura tornou-se um dos elementos centrais dos

feminismos latino-americanos, assim como a luta pela melhoria das condições materiais de vida das mulheres (creches, transporte público, luta contra a carestia, etc.) (Zirbel, 2021).

Como explica Timoteo (2013), no Brasil, o movimento social contra o regime militar começou a se articular de forma mais ampla, incorporando novas vozes e lutas específicas. Movimentos feministas somaram forças a outras mobilizações, como as dos negros e da população LGBTQIA+, para reivindicar seus direitos dentro da luta geral pela redemocratização.

Dessa forma, esses movimentos foram profundamente influenciados pela resistência às ditaduras militares, regimes frequentemente associados a financiamentos ou influências dos Estados Unidos. Além de desafiar o patriarcado, os movimentos feministas latino-americanos direcionaram suas críticas ao legado colonial e imperialista, construindo narrativas que uniam a luta pela igualdade de gênero às demandas por justiça social e soberania política

Anos depois, Walker (1992), afirmou que o movimento feminista não havia se encerrado, comprometendo-se a avançar em questões muitas vezes negligenciadas nas ondas anteriores – especialmente na América do Norte e Europa, como a inclusão de mulheres de diferentes raças, classes sociais e orientações sexuais. Para a autora, essa nova fase buscava superar a visão universalista predominante, que frequentemente representava apenas mulheres brancas e privilegiadas, ignorando a diversidade de experiências femininas.

Apesar desses avanços, hooks (2015) argumenta que a abordagem inicial feminista enfrentava desafios relacionados à representatividade. Muitas vezes, as experiências de mulheres brancas e de classes privilegiadas continuam a ser apresentadas como universais, negligenciando a pluralidade das vivências femininas. Segundo a autora, essa unidimensionalidade reflete a dificuldade de feministas privilegiadas em compreender ou abordar as inter-relações entre opressões de gênero, raça e classe. A ativista analisa como essa unidimensionalidade se consolidou como uma característica do feminismo. Ela ressalta:

Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar, com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação (hooks, 2015, p.207).

A acadêmica destacou que essa dinâmica se estabeleceu, em parte, devido ao impacto do oportunismo individual, que enfraqueceu os apelos à luta coletiva.

À medida que mais e mais mulheres adquiriram prestígio, fama ou dinheiro a partir de textos feministas ou de ganhos com o movimento feminista por igualdade no

mercado de trabalho, o oportunismo individual prejudicou os apelos à luta coletiva (hooks, 2015, p.199).

Para a pesquisadora Suleri, “Somente um negro pode falar pelo negro; somente uma feminista subcontinental pós-colonial pode representar adequadamente uma experiência vivida daquela cultura” (Suleri, 1922, p.270).

Conforme Arcoverde (2016), essa perspectiva contribuiu para a construção de um discurso percebido como único e universal, no qual as experiências de algumas mulheres eram apresentadas como representativas de todas, negligenciando as diferenças e diversidades existentes entre elas. O autor aponta que a terceira onda do feminismo é marcada, portanto, pela incorporação de uma perspectiva interseccional, conceito cunhado pela advogada afro-americana Kimberlé Crenshaw em 1989 no contexto do feminismo negro nos Estados Unidos.

A interseccionalidade, ao evidenciar as múltiplas camadas de opressão que atravessam raça, gênero, classe, sexualidade e outros marcadores sociais, trouxe uma ruptura epistemológica significativa ao movimento feminista, especialmente ao confrontar a visão universalista predominante nas primeiras ondas. Nesse sentido, a terceira onda do feminismo buscou equilibrar demandas individuais e coletivas, promovendo a inclusão de vozes diversas e o enfrentamento das múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres (Crenshaw, 1991; hooks, 2000; Collins, 1990).

Vale ressaltar que, enquanto no Norte Global o feminismo da terceira onda se consolidava com foco em questões de identidade, diversidade e críticas ao essencialismo, no Sul Global emergiram abordagens que refletem realidades políticas e históricas distintas. O feminismo latino-americano, por exemplo, incorporou as questões de colonialidade e racismo estrutural, denunciando os legados do colonialismo nas relações de gênero e raça. Lélia Gonzalez, uma das principais intelectuais do feminismo negro no Brasil, desempenhou um papel crucial ao articular o conceito de “amefricanidade”, destacando a especificidade das lutas de mulheres negras na América Latina e seu diálogo com as culturas afro-diaspóricas.

Enquanto a interseccionalidade de Crenshaw desafiava o feminismo branco hegemônico nos Estados Unidos, Gonzalez ampliava essa crítica ao enfatizar como o patriarcado, o racismo e o colonialismo se entrelaçam na vivência das mulheres negras no Sul Global. Essa diferença entre Norte e Sul não se limita ao enfoque teórico, mas também às

práticas feministas. No Sul Global, as lutas feministas frequentemente estão vinculadas à sobrevivência, à luta contra a violência estatal e à defesa de territórios e recursos naturais, enquanto no Norte, embora também haja resistência, muitas pautas são formuladas em contextos de maior acesso a direitos civis e políticos.

Assim, a terceira onda feminista deve ser compreendida não apenas como um momento de pluralização do movimento, mas também como um campo de tensões e contradições, no qual as experiências do Sul Global questionam e reconfiguram as narrativas predominantes oriundas do Norte. Esse diálogo, embora nem sempre harmonioso, é fundamental para avançar em um feminismo verdadeiramente inclusivo e comprometido com a justiça social em suas múltiplas dimensões.

A quarta onda do feminismo, de acordo com o Gill (2016) emergiu no início do século XXI e se consolidou com o advento da internet, transformando radicalmente as formas de mobilização, articulação e difusão das pautas feministas. Segundo Mendes (2020), o ciberativismo possibilitou uma democratização da informação, permitindo que vozes historicamente marginalizadas - como as de mulheres negras, indígenas e periféricas - ganhassem visibilidade e protagonismo .

Sorj e Guedes (2005) ressaltam que no contexto latino-americano, onde a desigualdade social e os impactos da crise climática atingem desproporcionalmente as mulheres, a internet tornou-se uma ferramenta essencial para a organização de protestos, campanhas e redes de solidariedade

Alvarez (1990) destaca que, na América Latina, o movimento dialoga com questões históricas como o colonialismo, a exploração econômica e as desigualdades sociais, evidenciando a necessidade de articular gênero com raça, classe e outros marcadores sociais de diferença. O feminismo latino-americano, ao se confrontar com essas realidades, foi moldado, segundo Arcoverde (2016), por vozes como as de autoras como Lourdes Casal e Marcela Lagarde, que enfatizaram a importância de um feminismo que compreendesse as especificidades da região e sua dinâmica de entrecruzamento das opressões. Esse movimento também refletiu o fortalecimento de perspectivas como a de Maria Miès, que buscou construir uma abordagem mais inclusiva, alinhada com as lutas de mulheres indígenas, negras e de classes populares.

Apesar dessas contribuições fundamentais, a articulação entre feminismo e justiça ambiental no Sul Global enfrenta tensões significativas com as perspectivas dominantes do Norte Global. Sonia Alvarez (1990) chama atenção para as diferenças profundas entre o feminismo hegemônico e os movimentos feministas latino-americanos, que emergem de contextos marcados por crises econômicas e sociais. Enquanto o feminismo do Norte Global frequentemente prioriza pautas individuais, como igualdade salarial, questões estruturais como colonialismo e justiça ambiental são frequentemente negligenciadas ou secundarizadas.

A exploração dos países latino-americanos, conforme apontado por Silva e Krohling (2020), baseia-se em três pilares. O primeiro é a exploração da natureza, caracterizada pelo extrativismo contínuo e pela submissão das comunidades rurais aos interesses da indústria internacional, muitas vezes à custa de escravização e marginalização. O segundo é a colonização cultural, que impõe padrões europeizados de pensamento e modos de vida, apresentados como universais e absolutos, deslegitimando as culturas locais. Por fim, destaca-se a dupla subjugação das mulheres latino-americanas, que enfrentaram opressões tanto por parte dos homens locais quanto dos colonizadores.

Essa condição de dupla opressão perdura até os dias atuais. As mulheres latino-americanas estão mais vulneráveis à exploração sexual por estrangeiros e à natureza latino-americana, que permanece vulnerável por ainda manter biodiversidade exclusiva, de interesse dos países mais industrializados do norte. Além disso, as mulheres latino-americanas, como referencial de mão de obra mal paga, sempre exerceram os trabalhos mais mal remunerados e não pagos, ficando mais expostas, também, a serem exploradas em situações análogas à escravidão (Silva, Krohling, 2020, p.126).

A globalização tem intensificado essa dinâmica, ao promover a disseminação de um feminismo globalizado que muitas vezes homogeneiza as lutas e impõe agendas descoladas das realidades locais. Alvarez critica o processo de "ONGização" dos movimentos feministas no Sul Global, alertando para a dependência de financiamento externo, que frequentemente subordina as demandas locais às prioridades dos financiadores do Norte Global. Essa interferência, ao invés de fortalecer a luta feminista, pode diluir suas especificidades e subordinar as pautas locais a uma agenda global que nem sempre contempla as reais necessidades das mulheres no Sul.

Finalmente, a emergência do ecofeminismo no Sul Global, como uma resposta às crises ambientais e sociais, tem sido marcada por uma articulação entre as lutas feministas e

as questões ambientais. O ecofeminismo não se limita apenas à defesa dos direitos das mulheres, mas também à luta pela preservação da natureza e à crítica ao modelo de desenvolvimento que perpetua a exploração dos corpos das mulheres e da Terra. Nesse sentido, o ecofeminismo latino-americano se caracteriza como uma vertente revolucionária, que busca articular as lutas por justiça social e ambiental em um projeto de transformação radical das estruturas de poder.

1.2. As bases do ecofeminismo

Segundo Zirbel (2021), durante a segunda onda feminista, nos estágios iniciais dos estudos de interseccionalidade, é que surgiu o ecofeminismo. O termo foi cunhado pela ativista francesa Françoise d'Eaubonne em 1974, para destacar como o patriarcado e o capitalismo exploram a natureza e perpetuam a opressão das mulheres. D'Eaubonne (1974) enfatiza que a exploração da Terra e das mulheres não são processos isolados, mas estruturados por uma lógica hierárquica e de dominação.

Angelin (2006) identifica três tendências no ecofeminismo: a clássica, a espiritualista e a construtivista. A clássica critica às estruturas patriarcais e capitalistas, enquanto a espiritualista foca na conexão entre natureza e espiritualidade feminina, propondo uma reconexão com a Terra como forma de resistência. A corrente construtivista, por sua vez, sugere uma abordagem prática e multidisciplinar, promovendo soluções concretas que integram justiça social, sustentabilidade e direitos humanos, buscando transformar as estruturas sociais e ecológicas de forma holística.

Sob essa perspectiva, o ecofeminismo dialoga com as bases do feminismo clássico, mas propõe um olhar mais abrangente e transversal. Ele não apenas rejeita as hierarquias entre homens e mulheres, mas também entre a humanidade e a natureza, reconhecendo a interdependência desses elementos. Assim, autoras como Rosemary Radford Ruether (1975), Ynestra King (1989) e Vandana Shiva (1993) ampliam o debate da pauta feminista, associando-a às questões ecológicas, econômicas e sociais.

King (1989), em seu artigo "*The Ecology of Feminism and the Feminism of Ecology*" (A Ecologia do Feminismo e o Feminismo da Ecologia, em tradução livre), aprofundou o debate sobre a temática ao estabelecer que o movimento ecofeminista é fruto da associação entre o movimento ecológico e o movimento feminista, uma vez que ambos representam a

luta contra a marginalização do “outro”. Para o movimento ecológico, esse "outro" representa aqueles que não possuem voz - elementos não humanos da natureza que são sistematicamente explorados e desconsiderados, como por exemplo, espécies de plantas e animais. Já para o movimento feminista, o outro são as mulheres - historicamente silenciadas na sociedade patriarcal. Dessa forma, a autora propôs uma relação simbólica e estrutural entre ambas as opressões.

No texto, King também ressaltou que as diferentes formas de dominação — sejam elas de gênero, raça, classe ou contra a natureza — estão interligadas e se reforçam mutuamente, criando um ciclo de opressão que perpetua as desigualdades e explorações. De acordo com a autora, a perspectiva ecofeminista é fundamental por reconhecer essas conexões e exigir uma abordagem sistêmica capaz de propor soluções que enfrentem essas desigualdades de maneira efetiva.

Embora não possa falar em nome das lutas de liberação de pessoas de cor, acredito que as metas do feminismo, da ecologia, e dos movimentos contra o racismo e a favor dos povos indígenas estejam relacionadas entre si; devem ser entendidas e perseguidas conjuntamente, num movimento mundial, genuinamente pela vida (King, 1996, p. 117).

Sob essa perspectiva, o ecofeminismo propõe a rejeição de hierarquias entre seres humanos e entre a humanidade e a natureza. King (1989) também sublinha a importância da (bio)diversidade para o equilíbrio ambiental, alertando que, com a industrialização e a globalização, ocorre uma simplificação do meio ambiente.

A simplificação do meio ambiente mencionada por King (1989) refere-se ao processo de homogeneização e redução da complexidade dos ecossistemas naturais devido à ação humana. Com a industrialização e a globalização, vastas áreas de biodiversidade são substituídas por monoculturas, urbanização e projetos de infraestrutura que ignoram a interdependência e a diversidade ecológica. Em vez de manter ecossistemas ricos e variados, em que diferentes espécies e elementos da natureza desempenham papéis interligados, as atividades humanas tendem a criar ambientes mais simples e controlados, nos quais a variedade biológica é drasticamente diminuída. Esse empobrecimento do meio ambiente enfraquece sua capacidade de se regenerar e de fornecer serviços ecossistêmicos essenciais, como purificação da água e do ar, fertilidade do solo e regulação climática.

Segundo um relatório de 2019 da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), órgão apoiado pela ONU, ao menos 680 espécies de vertebrados foram levadas à extinção decorrentes de ações humanas desde o século XVI. O relatório também revela que cerca de um milhão de espécies, entre animais e plantas, estão em risco de extinção, muitas das quais podem desaparecer nas próximas décadas.

Kolbert (2015) argumenta que a redução da biodiversidade é tanto uma consequência das mudanças climáticas quanto um fator que as acelera. Para ela, a extinção de espécies, muitas das quais desempenham papéis cruciais nos ecossistemas, pode desencadear um efeito dominó, prejudicando toda a rede ecológica.

Ao abordar a temática no contexto social, King (1989) argumenta que o capitalismo contribui para essa simplificação ao intencionalmente uniformizar culturas, tornando possível vender os mesmos produtos para qualquer lugar e qualquer pessoa. “A diversidade foi ignorada e indesejada, preterida em prol da uniformização e universalização do conhecimento e do desenvolvimento” (Silva, Krohling, 2020, página 124). Para a autora, o ecofeminismo, como movimento social, resiste a essa lógica de homogeneização, defendendo a diversidade cultural e a riqueza das experiências femininas ao redor do mundo.

Maria Miès e Vandana Shiva, em *Ecofeminismo* (1993), também oferecem uma crítica ao patriarcado capitalista e suas consequências para as mulheres, os ecossistemas e as comunidades marginalizadas. A obra, considerada um marco no pensamento ecofeminista, propõe uma análise interdisciplinar que conecta as desigualdades de gênero com a exploração ambiental, enfatizando como ambos são estruturados e mantidos pelo modelo econômico global hegemônico. Para as autoras, o ecofeminismo não é apenas uma teoria crítica, mas também um chamado para a ação política, buscando transformar as bases culturais, econômicas e sociais que sustentam essas opressões interligadas.

Uma das principais contribuições do livro é a ideia de que o patriarcado capitalista opera por meio da dicotomia e da hierarquização de opostos, como homem/natureza, cultura/natureza, razão/emoção e produção/reprodução. Esses pares dicotômicos são estruturados de forma hierárquica, atribuindo maior valor aos primeiros termos (homem, cultura, razão, produção) e colocando os segundos (natureza, emoção, reprodução) em uma posição de inferioridade e exploração. Nesse modelo, a natureza é tratada como uma entidade passiva, sem agência, e explorável, similarmente às mulheres e outros grupos subordinados que são tradicionalmente associados aos aspectos "inferiores" dessas dicotomias.

Por exemplo, a divisão entre produção e reprodução reflete como o trabalho reprodutivo e de cuidado, historicamente realizado por mulheres, é desvalorizado em relação ao trabalho produtivo e remunerado, que é associado ao homem e ao mercado. Da mesma forma, a oposição cultura/natureza sustenta a ideia de que a cultura humana, dominada pelo homem, deve controlar e subjugar a natureza, refletindo a relação de exploração que se estabelece tanto com o meio ambiente quanto com as mulheres. Esse sistema de dicotomias e hierarquias, além de invisibilizar as contribuições das mulheres e da natureza, legitima a exploração desenfreada, justificando a concentração de poder e recursos nas mãos de uma minoria enquanto outros são sistematicamente marginalizados e explorados.

Miès e Shiva aprofundam essa lógica ao mostrar como essas dicotomias não se restringem à cultura, mas também moldam as práticas econômicas modernas. A separação entre homem/natureza, por exemplo, sustenta a privatização da terra e a mercantilização da vida, tratando o meio ambiente como uma propriedade explorável. Da mesma forma, a dicotomia produção/reprodução reflete-se na dependência do crescimento econômico ilimitado, que privilegia a acumulação de capital enquanto ignora os impactos sobre as comunidades e o meio ambiente.

Outro ponto central da obra é a crítica à globalização econômica, que, segundo as autoras, reforça a divisão internacional do trabalho entre o Norte e o Sul global. Miès e Shiva expõem como essa divisão impõe um sistema de dependência, no qual o Sul é explorado como fornecedor de matérias-primas e mão de obra barata, enquanto o Norte consolida o controle sobre a tecnologia, o conhecimento e o capital. Nessa dinâmica, o Norte opera como o principal agente da exploração, ao impor práticas econômicas e ambientais prejudiciais, enquanto o Sul Global é o que mais sofre os impactos.

Esses impactos incluem a exaustão de recursos naturais, como terras agrícolas e fontes de água, em virtude da exploração intensiva e da monocultura voltada para atender às demandas do mercado global. Além disso, comunidades no Sul enfrentam a contaminação de solos e rios por resíduos industriais e pesticidas utilizados em larga escala, geralmente sem a devida regulamentação.

Aqueles que vivem em muitos países de baixa renda estão sujeitos aos piores impactos da mudança climática, embora tenham contribuído de forma insignificante para o problema. Além disso, os países de baixa renda possuem os menores recursos e capacidades atualmente para se adaptar ou lidar com os impactos severos e de longa duração das mudanças climáticas. (Chapman e Ahmed, 2021, p.81)

Segundo as ecofeministas Miès e Shiva (1993), do ponto de vista social, essa exploração leva ao deslocamento forçado de populações, ao aumento da pobreza extrema e à intensificação das desigualdades, particularmente para grupos marginalizados, que são mais dependentes dos recursos locais para sua subsistência. Essa dinâmica é especialmente prejudicial às mulheres no Sul global, que frequentemente assumem trabalhos não remunerados ou mal remunerados, além de serem as principais responsáveis pelo cuidado de suas famílias e comunidades em contextos de crises ambientais.

As autoras também destacam o conceito de "trabalho invisível", que inclui o trabalho doméstico e reprodutivo, realizado predominantemente por mulheres, e que é essencial para a reprodução do sistema econômico, mas raramente reconhecido, remunerado ou valorizado. Para elas, a conexão das mulheres com a natureza não é apenas simbólica, mas também prática, pois elas desempenham papéis essenciais na agricultura, no manejo dos recursos naturais e na garantia da segurança alimentar de suas comunidades.

1.3 Feminilização da Pobreza e questões ambientais

Desse modo, a questão da pobreza está intimamente ligada às mulheres, que são desproporcionalmente afetadas pelas desigualdades socioeconômicas. De acordo com o relatório da ONU Mulheres (2022), elas representam a maior parte da população mundial em situação de pobreza e, por isso, são mais vulneráveis às mudanças climáticas. Isso se dá porque, em muitas regiões, elas são as principais responsáveis pela gestão dos recursos naturais para suas famílias e comunidades. Além disso, a divisão sexual do trabalho faz com que as mulheres, especialmente as de classes mais baixas, ocupem empregos informais e precários, aumentando sua vulnerabilidade em tempos de crise.

Nesse contexto, a ligação entre pobreza e gênero está enraizada em estruturas históricas e culturais que perpetuam a marginalização das mulheres. O relatório da ONU Mulheres (2022) destaca que 70% das pessoas em situação de pobreza no mundo são mulheres, resultado de um sistema que as posiciona em desvantagem estrutural. Essa realidade é agravada pelas mudanças climáticas, que intensificam desigualdades preexistentes, afetando ainda mais as mulheres, especialmente aquelas em áreas rurais ou periféricas.

Com as mudanças climáticas e o esgotamento dos recursos naturais, as mulheres, sobretudo aquelas em contextos de maior vulnerabilidade social, enfrentam a crescente

pressão de buscar água e alimentos cada vez mais distantes, o que aumenta sua vulnerabilidade. Em muitas comunidades, elas são responsáveis pela coleta desses recursos essenciais para a sobrevivência das famílias, o que envolve longos trajetos e condições frequentemente adversas e perigosas, como descrito no relatório do Banco Mundial (2021).

Em relação à desvalorização do trabalho feminino, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019) aponta que as mulheres desempenham cerca de 70% do trabalho agrícola no mundo, mas recebem apenas 10% da renda global, refletindo uma desigualdade histórica e estrutural. Essa disparidade contribui diretamente para o fenômeno da feminilização da pobreza, conceito cunhado por Pearce (1978), que destaca como as mulheres, especialmente as chefes de família, estão mais vulneráveis à pobreza do que os homens. No contexto do Sul Global, as mulheres chefes de família enfrentam insegurança alimentar e dificuldades no acesso a serviços essenciais como saúde e educação, além de serem excluídas de mercados de trabalho formais.

Essa realidade é exacerbada pela exploração de recursos naturais, como a privatização de terras, sementes e fontes hídricas, o que limita ainda mais a autonomia das mulheres sobre esses bens essenciais e perpetua um ciclo de dependência e exclusão, conforme argumenta Shiva (2005), que analisa as consequências da privatização das fontes hídricas no acesso das mulheres aos recursos naturais essenciais para a sobrevivência.

Além disso, a divisão sexual do trabalho mantém as mulheres em empregos precários e informais, como trabalhadoras domésticas, agricultoras ou vendedoras em mercados locais. Esses setores, já vulneráveis, são os primeiros a sofrer em crises econômicas ou desastres naturais, como abordado no relatório da Organização Internacional do Trabalho, OIT (2019).

Por outro lado, a resiliência dessas mulheres e o seu papel central nas comunidades tornam-nas agentes estratégicas para a adaptação climática e a construção de soluções sustentáveis. De acordo com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (2020), as mulheres têm sido essenciais na adaptação às mudanças climáticas, pois são responsáveis pela gestão dos recursos naturais e possuem um conhecimento profundo sobre práticas sustentáveis que podem ser aplicadas localmente. Sua capacidade de adaptação e inovação colocam-as na linha de frente das mudanças climáticas, não apenas como vítimas, mas como protagonistas da transformação e da construção de um futuro sustentável.

2. JORNALISMO, MÍDIAS INDEPENDENTES E CIBERESPAÇO

2.1 Jornalismo Tradicional e América Latina

Pena (2018) observa que o jornalismo tradicional, frequentemente alinhado aos interesses das elites econômicas e políticas, reforça o status quo. Essa dinâmica é particularmente evidente no jornalismo ambiental, que tende a tratar questões ecológicas de forma fragmentada e apolítica, focando em consequências imediatas, como desastres naturais, e ignorando suas raízes sistêmicas relacionadas ao capitalismo e ao patriarcado. Essa abordagem obscurece as responsabilidades do Norte Global e das corporações multinacionais, perpetuando a ideia de que os problemas ecológicos são universais e desconectados das desigualdades estruturais.

O autor observa que a fragmentação nas narrativas do jornalismo tradicional inviabiliza uma abordagem holística das crises climáticas. Em contraste, as mídias independentes resistem a essa lógica, oferecendo uma alternativa que valoriza práticas sustentáveis e respeita a diversidade cultural e biológica. Elas reconhecem o protagonismo das mulheres na defesa do meio ambiente, destacando seu papel como líderes em comunidades e como defensoras de práticas regenerativas.

2.2 Mídias Independentes e Ciberespaço

Segundo Downing (2001), as mídias independentes constituem plataformas de comunicação que operam fora do controle direto de grandes corporações e instituições governamentais, buscando oferecer uma visão alternativa ou complementar às narrativas predominantes nos meios de comunicação tradicionais. Essas plataformas incluem, mas não se limitam ao jornalismo independente, blogs, podcasts, redes sociais, coletivos de mídia comunitária e outras formas de produção de conteúdo que priorizam a diversidade de perspectivas e vozes, especialmente de grupos historicamente marginalizados.

No contexto do ciberespaço, Castells (2009) explica que essas mídias encontram terreno fértil para operar e se expandir. A infraestrutura descentralizada da internet facilita a formação de redes horizontais de comunicação que contrastam com as hierarquias rígidas dos conglomerados de mídia tradicionais. Nessas redes, indivíduos e coletivos podem criar e distribuir conteúdo de forma autônoma, promovendo um fluxo mais democrático de

informações. Essa característica é fundamental para o ecofeminismo, que busca desafiar as estruturas de poder consolidadas e articular uma visão crítica das crises socioambientais contemporâneas.

A relação das mídias independentes com estruturas hegemônicas, segundo Fuchs (2014), revela seu potencial disruptivo. Essas plataformas desafiam a centralização do poder informacional ao amplificar vozes e narrativas frequentemente silenciadas, promovendo discussões críticas e abordando questões ignoradas ou distorcidas pela mídia tradicional. Dessa forma, no caso das crises ambientais e do ecofeminismo, por exemplo, as mídias independentes destacam o protagonismo das mulheres, comunidades indígenas e outros grupos sub-representados, conectando lutas locais a debates globais.

Por outro lado, autores como Downing (2001) argumentam que as mídias radicais e independentes têm o potencial de oferecer um contraponto significativo, promovendo uma comunicação contra-hegemônica. No contexto do ecofeminismo, essas mídias se tornam espaços essenciais para narrativas que conectam gênero, meio ambiente e sustentabilidade. As experiências e saberes locais das mulheres são amplificados, destacando seu papel como agentes centrais na luta por justiça climática e no desenvolvimento de soluções sustentáveis.

Além disso, Rodriguez (2001) discute as “mídias cidadãs” como ferramentas poderosas para comunidades marginalizadas recuperarem o controle sobre suas narrativas. Esse controle é vital para o ecofeminismo, que denuncia a exploração dupla das mulheres e da natureza pelo patriarcado capitalista. As mídias independentes permitem a denúncia de injustiças, ao mesmo tempo em que constroem redes de solidariedade e ação coletiva, essenciais para a articulação de respostas coordenadas às crises globais.

A digitalização amplificou o alcance das mídias independentes, conforme apontam Hermida e Thurman (2008). Isso é particularmente relevante para mulheres na América Latina, onde as crises ambientais e econômicas têm impactos desproporcionais. Exemplos como AzMina e Volcánicas demonstram como o ambiente digital pode fomentar debates que integram justiça climática, igualdade de gênero e direitos humanos. Essas plataformas conectam lutas locais e globais, construindo pontes entre diferentes movimentos e contextos.

No entanto, nem tudo é positivo no ciberespaço. Castells (2009) também adverte que a descentralização da internet não significa necessariamente a democratização total da informação. Embora as mídias independentes desafiem as narrativas dominantes, o ambiente

digital ainda está sujeito a mecanismos de vigilância, censura e desinformação. Plataformas controladas por algoritmos priorizam conteúdos que geram engajamento, muitas vezes em detrimento da profundidade das discussões e da qualidade da informação.

Além disso, Fuchs (2014) destaca que a internet, apesar de oferecer oportunidades para a resistência contra-hegemônica, ainda está inserida dentro das estruturas capitalistas. A monetização do conteúdo digital e a dependência de plataformas comerciais limitam a autonomia das mídias independentes. O ciberativismo, portanto, enfrenta desafios como a precarização do trabalho digital, a volatilidade do alcance das publicações e a manipulação de narrativas por interesses econômicos e políticos.

Ao analisarmos as teorias do jornalismo, Pena (2018) ressalta que a fragmentação nas narrativas do jornalismo tradicional inviabiliza uma abordagem holística das crises climáticas. Em contraste, as mídias independentes resistem a essa lógica, oferecendo uma alternativa que valoriza práticas sustentáveis e respeita a diversidade cultural e biológica. Elas reconhecem o protagonismo das mulheres na defesa do meio ambiente, destacando seu papel como líderes em comunidades e como defensoras de práticas regenerativas.

Portanto, as mídias independentes feministas são essenciais no cenário contemporâneo, especialmente na América Latina. Elas não apenas desafiam as estruturas hegemônicas, mas também promovem a conscientização e a mobilização em torno das crises climáticas e sociais. Através de suas narrativas, elas conectam demandas locais e regionais em redes de solidariedade transnacionais, criando uma frente unificada contra as crises impostas pelo neoliberalismo e o patriarcado capitalista. Contudo, é essencial manter uma análise crítica sobre as limitações do ciberativismo, garantindo que a luta pela justiça climática e de gênero não fique refém das dinâmicas e contradições do próprio ambiente digital.

2.2.1 AzMina

Segundo informações disponibilizadas no site da Revista AzMina (2023), o veículo foi fundado em 2015 e se configura como uma mídia digital brasileira voltada para a produção de conteúdo jornalístico independente, orientada pela perspectiva feminista interseccional. Com origem em um financiamento coletivo, a revista representa um exemplo de mídia alternativa que busca democratizar a informação e promover a equidade de gênero, raça e classe. A publicação opera sob a estrutura do Instituto AzMina, organização sem fins lucrativos que

também conduz projetos sociais complementares, como o aplicativo PenhaS e o Mapa das Delegacias da Mulher (AzMina, 2023).

A revista organiza seu conteúdo em 12 editorias principais: política, violência, saúde, aborto, feminismos, ciência, comportamento, cultura, dinheiro, esporte, maternidade e meio ambiente. Essa ampla variedade de temas reflete o esforço do periódico em intensificar e aprofundar os conhecimentos sobre questões sociais, articulando-as com o estudo de gênero. Essa abordagem é essencial porque as desigualdades de gênero atravessam múltiplos aspectos da vida social, econômica, cultural e ambiental, sendo impossível compreendê-las plenamente sem considerar suas intersecções com outros fenômenos sociais (SCOTT, 1995).

A escolha dessas editorias é estratégica, pois cobre áreas-chave onde as desigualdades de gênero se manifestam de forma mais evidente ou estrutural. Abordar temas como saúde e maternidade permite discutir os impactos das políticas públicas na vida das mulheres, enquanto editorias como dinheiro e ciência destacam a luta por equidade em espaços historicamente dominados por homens (FRASER, 2013). Ao mesmo tempo, temas como cultura, comportamento e feminismos promovem uma análise crítica das normas sociais e das construções de gênero, essenciais para desconstruir preconceitos e avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Em 2023, AzMina adotou os indicadores de credibilidade do *The Trust Project*, reforçando sua adesão aos princípios de transparência e ética jornalística. No cenário contemporâneo, marcado por desinformação e polarização, essa escolha aponta para uma busca de alinhamento com práticas que priorizam a confiança do público (AzMina, 2023).

O alcance digital da Revista AzMina é notável, especialmente considerando seu perfil como uma mídia independente e feminista. Até a última semana de janeiro de 2025, a revista acumulava 125 mil seguidores no Instagram, 128 mil no Facebook, mais de 41 mil no X (antigo Twitter) e cerca de 12 mil no LinkedIn.

No mesmo período, a conta na plataforma YouTube administrada pela Revista AzMina conta com 59,4 mil inscritos e mais de 7,7 milhões de visualizações acumuladas em um acervo de mais de 381 vídeos. Já no TikTok, o perfil reúne 12,7 mil seguidores e mais de 172,1 mil curtidas, com alguns vídeos alcançando a marca de 50 milhões de visualizações.

Além disso, a AzMina está presente em plataformas emergentes como BlueSky e Threads, ampliando ainda mais sua abrangência. A revista também conta com uma *newsletter* semanal enviada por e-mail e mantém um canal no WhatsApp - com mais de 720 seguidores, reforçando a proximidade com seu público.

Essas plataformas desempenham um papel essencial na disseminação de conteúdos jornalísticos e no estímulo ao engajamento em torno de debates sobre temáticas diversas, sempre alinhadas à práxis feminista. No Instagram, por exemplo, são publicados de um a dois posts no feed diariamente, enquanto os stories frequentemente replicam esses conteúdos. No YouTube, a periodicidade é de aproximadamente um vídeo por semana, enquanto no TikTok, embora a frequência seja menos regular, os vídeos criados para o Instagram são frequentemente adaptados para a plataforma. No X (antigo Twitter), há replicação consistente dos conteúdos publicados em outras redes. Já no site oficial, a produção textual varia, com cerca de três novos conteúdos (reportagens, entrevistas ou artigos de opinião) publicados semanalmente, dependendo da agenda.

2.2. 2 Volcánicas

A Revista Volcánicas, mídia independente criada em 2018 na Colômbia, tem como foco a produção de conteúdo feminista interseccional para a América Latina, de acordo com o site do veículo. Fundada por Catalina Ruiz-Navarro e Gloria Susana Esquivel, a plataforma se apresenta como um espaço de reflexão, denúncia e debate, abordando temas urgentes relacionados a gênero, sexualidade, meio ambiente e direitos humanos. Desde sua criação, Volcánicas busca contribuir para a democratização da informação e para o fortalecimento das lutas feministas na região, destacando as vozes de mulheres e pessoas não binárias em contextos de exclusão e vulnerabilidade.

A revista organiza seus conteúdos em seções principais que incluem temas como violência de gênero, justiça climática, política, sexualidade, cultura, direitos humanos e feminismos interseccionais. Além das publicações textuais, Volcánicas também utiliza formatos multimídia, como vídeos, podcasts e campanhas digitais, para diversificar o alcance de suas mensagens e promover diálogos mais inclusivos e engajadores.

Em termos de credibilidade, Volcánicas ganhou destaque ao adotar uma abordagem de jornalismo investigativo, frequentemente expondo casos de violência estrutural e crises ambientais em territórios latino-americanos. Um marco importante de sua atuação foi a série

de reportagens que investigaram denúncias de assédio sexual em espaços acadêmicos e culturais na Colômbia, o que fortaleceu sua reputação como uma voz confiável no jornalismo feminista.

Nas redes sociais, Volcánicas tem uma presença notável. Até janeiro de 2025, a revista contava com 155 mil seguidores no Instagram, 96,8 mil no TikTok e 31,6 mil no X (antigo Twitter). Essas plataformas são essenciais não apenas para a disseminação de conteúdos, mas também para o fortalecimento de redes de solidariedade feminista e a promoção de mobilizações sociais. No Instagram, a revista realiza cerca de duas publicações diárias, enquanto no TikTok a frequência é de três publicações semanais. Essas interações digitais reforçam o papel da Volcánicas como um agente de mudança nas dinâmicas sociais, conectando mulheres e ativistas em toda a América Latina.

Volcánicas se destaca por seu enfoque nas interseções entre feminismo, justiça social e ambiental. Por meio de reportagens detalhadas, a plataforma aborda questões como os impactos das mudanças climáticas sobre mulheres indígenas e negras, a violência estatal contra ativistas e a precarização do trabalho em tempos de crise econômica. Sua linguagem acessível e comprometimento com a pluralidade de perspectivas a posicionam como uma mídia alternativa essencial para compreender as complexidades sociais da América Latina.

3. PROCESSO METODOLÓGICO

Neste trabalho foram feitas a revisão bibliográfica e a análise de conteúdo como abordagens metodológicas. O intuito foi investigar o papel de duas mídias independentes (AzMina e Volcánicas) na democratização da informação a respeito de justiça climática feminista, com um foco específico na América Latina. Para isso, foram analisadas as matérias publicadas nos veículos dessas mídias entre o período de **1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024**.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os temas centrais deste estudo, incluindo feminismo, justiça climática, ecofeminismo, América Latina, ciberativismo e jornalismo independente. A revisão incluiu livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações, além de relatórios de organizações não governamentais e publicações das próprias mídias independentes estudadas, como AzMina e Volcánicas.

De acordo com Duarte (2010), a revisão bibliográfica é uma etapa essencial para a construção de um embasamento teórico consistente, pois permite situar o pesquisador no contexto do tema estudado e identificar lacunas que podem ser exploradas na análise. Dessa forma, essa etapa fundamentou a construção de uma base teórica sólida, que serviu de suporte para a análise e discussão dos resultados.

Em seguida, foi utilizada a análise de conteúdo, fundamentada nos conceitos apresentados por Laurence Bardin. De acordo com a autora (1977), a análise de conteúdo refere-se a “um conjunto de técnicas de análise das comunicações cujo objetivo é explicar e sistematizar o conteúdo estudado” (Bardin, 1977, p. 42). Essa metodologia possibilita realizar deduções lógicas e justificadas, considerando aspectos como o emissor, o contexto e os efeitos da mensagem. Para Bardin (1977), essa análise pode englobar uma ou mais operações que se complementam, promovendo uma interpretação final mais fundamentada.

Nesse sentido, a pesquisadora ressalta a relação estreita entre a análise de conteúdo, a linguística e as técnicas documentais. Enquanto a linguística tem como objeto de estudo a língua em si, a análise de conteúdo transcende esse foco, voltando-se para as palavras como meio de acessar significados e realidades subjacentes. A análise de conteúdo busca “conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (Bardin, 1977, p.43), diferenciando-se, assim, do estudo estritamente linguístico.

A análise de conteúdo, portanto, foi utilizada para explorar as mensagens veiculadas pelas mídias independentes feministas latino-americanas no que diz respeito aos assuntos que englobam as interseções entre gênero e meio ambiente, com especial atenção às discussões sobre justiça climática feminista. Para isso, o processo metodológico será dividido em duas etapas principais:

3.1 A Análise de Conteúdo

A coleta de dados é uma etapa metodológica central em uma pesquisa. Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo exige que o corpus seja delimitado e sistematizado de forma criteriosa para garantir resultados confiáveis. Essa fase inicial consiste na organização e categorização de informações que serão submetidas a um exame qualitativo ou quantitativo, possibilitando compreender padrões, tendências e significados em contextos específicos.

Para garantir a organização e sistematização dos dados coletados nesta pesquisa, foram criadas duas planilhas (uma para cada publicação) com a categorização conforme os seguintes critérios:

a) Data de publicação: Este critério foi utilizado para delimitar temporalmente os textos analisados, permitindo compreender o desenvolvimento e as tendências do discurso ecofeminista em ambos os veículos ao longo de todo o ano de 2024 (janeiro a dezembro/2024).

b) Autor/a: A identificação dos autores e autoras foi considerada com o intuito de compreender as diferentes perspectivas individuais que contribuem para o discurso coletivo das mídias independentes, e para avaliar possíveis vieses ou abordagens particulares de cada escritor ou escritora.

c) Título: O título das publicações foi analisado para identificar de forma preliminar os temas centrais abordados nos textos, servindo como um indicativo do foco das matérias em relação à justiça climática feminista.

d) Link de acesso: A inclusão do link de acesso permitiu garantir a rastreabilidade e consulta posterior das publicações, assegurando a integridade do processo de análise e possibilitando a verificação dos dados ao longo da pesquisa.

O processo de coleta foi realizado manualmente, o que possibilitou um controle na seleção e categorização dos textos, além de garantir a consistência e a precisão dos dados. A

análise foi focada em identificar conteúdos diretamente relacionados à justiça climática feminista no contexto brasileiro e/ou latino-americano em ambas revistas.

3.2 Revista AzMina

Quadro 1 - Categorização da Revista AzMina

Data	Autor	Título	Link
26 de abril de 2024	Soledad Domingue	Quebradeiras de Coco Babaçu defendem os babaçuais e a produção de uma economia familiar	https://azmina.com.br/rep ortagens/quebradeiras-de -coco-babacu-defendem-babacuais-economia-familiar/
8 de maio de 2024	Emilene Lopes	“Tentar imaginar o que ainda vamos viver, quantos vamos enterrar, me aterrorizou”	https://azmina.com.br/col unas/porto-alegre-esta-co lapsando/
9 de maio de 2024	Camila Granja	“Imagina uma casa que tá cinco dias embaixo d’água”	https://azmina.com.br/col unas/casa-que-ta-cinco-di as-abaixo-dagua-canoas/
10 de maio de 2024	Beatriz Jucá	Mães tentam adiar o fim do mundo	https://azmina.com.br/rep ortagens/maes-tentam-ad iar-fim-do-mundo/?swcf pc=1
7 de junho de 2024	Emilene Lopes	Emergência climática: como estão mulheres desabrigadas no Rio Grande do Sul	https://azmina.com.br/rep ortagens/emergencia-cli matica-como-estao-as-m ulheres-desabrigadas/?ut m_source=instagram&ut m_medium=redes&utm_ campaign=07/06/2024/e mergencia-climatica-com o-estao-as-mulheres-desabrigadas/
26 de junho de 2024	Gabriela Mayer	Os livros ajudam a fabular um mundo que tem chance de ser salvo	https://azmina.com.br/col unas/os-livros-ajudam-a-fabular-um-mundo-que-t em-chance-de-ser-salvo/
27 de junho de 2024	Larissa Magrisso	"Nenhuma mulher quer ser heroína. Mas, nas enchentes do RS, minhas amigas foram"	https://azmina.com.br/col unas/nenhuma-mulher-qu er-ser-heroína-mas-nas-e nchentes-do-rs-minhas-a migas-foram/

10 de julho de 2024	Natali Carvalho	“Precisamos nos responsabilizar por aquilo que consumimos”	https://azmina.com.br/reportagens/racismo-ambiental-mudanca-climatica/
30 de julho de 2024	Ester Pinheiro	Crimes ambientais na Amazônia forçam mulheres indígenas a migrar	https://azmina.com.br/reportagens/crimes-ambientais-na-amazonia-forcam-mulheres-indigenas-a-migrar/
25 de novembro de 2024	Juliana Lourenço	Indígenas conectadas: a internet para quebrar estereótipos	https://azmina.com.br/columnas/indigenas-conectadas-a-internet-para-quebrar-estereotipos/

Fonte - Elaborado pela autora (2024).

A AzMina tem reportagens com diferentes formatos e abordagens, mas que exploram a questão ambiental sob a ótica do ecofeminismo e da resistência feminina frente às adversidades climáticas.

3.3 Revista Volcánicas

Quadro 2 - Categorização da Revista Volcánicas

Data	Autor	Título	Link
24 de janeiro de 2024	María Fitzgerald	Se decretará desastre ambiental en colombia por incendios	https://volcanicas.com/se-decretara-desastre-ambiental-en-colombia-por-incendios/
26 de janeiro de 2024	Isabella Bernal	Los cuerpos que contienen el incendio	https://volcanicas.com/los-cuerpos-que-contienen-el-incendio/
16 de fevereiro de 2024	Sabrina Bastidas Iguarán	¡No más Shein!: El ultra fast fashion contra la sostenibilidad	https://volcanicas.com/no-mas-shein-el-ultra-fast-fashion-contra-la-sostenibilidad/
20 de fevereiro de 2024	An Flores	Rescatalandia y el derecho a existir de los animales no humanos	https://volcanicas.com/rescatalandia-y-el-derecho-a-existir-de-los-animales-no-humanos/

27 de fevereiro de 2024	Volcánicas	Una habitación propia para las mujeres latinoamericanas	https://volcanicas.com/un-a-habitacion-propia-para-las-mujeres-latinoamericanas/
9 de abril de 2024	An Flores	Cuando las ciudades se queden sin agua: CDMX, la capital entre lagos que ahora se seca	https://volcanicas.com/cuando-las-ciudades-se-queden-sin-agua-cdmx-la-capital-entre-lagos-que-ahora-se-seca/
13 de abril de 2024	Sabrina Bastidas Iguarán	Crisis del agua exige más que paños de agua tibia	https://volcanicas.com/crisis-del-agua-exige-mas-que-panos-de-agua-tibia/
22 de abril de 2024	Ita María	El ecofeminismo de Yayo Herrero: mirar distinto para imaginar	https://volcanicas.com/el-ecofeminismo-de-yayo-herrero-mirar-distinto-para-imaginar/
20 de maio de 2024	Manuela Besada Lombana e Daniela Rodríguez	Sin traje de luces también hay fiesta y en ella cabemos todas	https://volcanicas.com/sin-traje-de-luces-tambien-hay-fieta-y-en-ella-cabemos-todas-tauromaquia/
23 de maio de 2024	An Flores	Entender los lugares y sus heridas: la ausencia de Homero Gómez y el futuro de las monarcas	https://volcanicas.com/entender-los-lugares-y-sus-heridas-la-ausencia-de-homero-gomez-y-el-futuro-de-las-monarcas-guardian-documental/
18 de junho de 2024	An Flores	Entre vacas, coca y aguacates: la Narcodeforestación arrasa con Latinoamérica	https://volcanicas.com/entre-vacas-coca-y-aguacates-la-narcodeforestacion-arrasa-con-latinoamerica/
11 de julho de 2024	An Flores	¿Puede alguien pensar en los ricos?: Las élites y el ecocidio de los manglares del sur de México	https://volcanicas.com/puede-alguien-pensar-en-los-ricos-las-elites-y-el-ecocidio-de-los-manglares-del-sur-de-mexico/
17 de agosto de 2024	Audrey Mena	El viche: un símbolo de la resistencia cultural de las mujeres en el Pacífico colombiano	https://volcanicas.com/el-viche-un-simbolo-de-la-resistencia-cultural-de-las-mujeres-en-el-pacifico-colombiano/
6 de setembro de 2024	Volcánicas	“Si nosotras estamos bien, el territorio también”: el mensaje de las mujeres indígenas de la Amazonia	https://volcanicas.com/si-nosotras-estamos-bien-el-territorio-tambien-el-mensaje-de-las-mujeres-indigenas-de-la-amazonia/

5 de outubro de 2024	Ayelen Correa Ruau	Nuestro hogar está en llamas	https://volcanicas.com/nuestro-hogar-esta-en-llamas/
21 de outubro de 2024	Valeria Quiroga	Inicia la COP16 en Cali: la Amazonía y las mujeres como puntos clave en las conversaciones sobre biodiversidad	https://volcanicas.com/inicia-la-cop16-en-cali-la-amazonia-y-las-mujeres-como-puntos-clave-en-las-conversaciones-sobre-biodiversidad/
5 de novembro de 2024	Volcánicas	La Semanaria: La COP 16 cerró, inició la AntiCOP y los líderes ambientales siguen siendo asesinados. Episodio 5.	https://volcanicas.com/la-semanaria-la-cop-16-cerro-inicio-la-anticop-y-los-lideres-ambientales-siguen-siendo-asesinados-episodio-5/
6 de novembro de 2024	Volcánicas	¡Solo el pueblo salva al pueblo!	https://volcanicas.com/solo-el-pueblo-salva-al-pueblo/
29 de novembro de 2024	Isabella Bernal	El viaje del pez mercurio en el Amazonas	https://volcanicas.com/el-viaje-del-pez-mercurio-en-el-amazonas/

Fonte - Elaborado pela autora (2024)

Assim como na revista AzMina, Volcánicas apresenta formatos e abordagens distintos, apesar de possuir em comum a exploração da questão ambiental sob a ótica do ecofeminismo. A publicação destaca a resistência feminina diante das adversidades climáticas e sociais. Nesse sentido, os textos abordam temas como a crise hídrica, a defesa dos direitos dos animais e a luta de mulheres indígenas e urbanas contra os impactos ambientais, o que permite reflexões sobre como as mulheres têm sido protagonistas na luta pela sustentabilidade e preservação dos territórios.

4. ANÁLISE

4.1 A análise das nuvens de palavras

A análise deste estudo se concentra na identificação e categorização das principais palavras e expressões utilizadas nos textos das duas revistas feministas latino-americanas selecionadas (AzMina e Volcánicas). O objetivo é compreender como essas mídias transmitem mensagens ecofeministas tendo em vista que a linguagem é um elemento central na construção de narrativas, e sua escolha pode influenciar a percepção dos espectadores nas questões relacionadas à justiça climática feminista.

A escolha de palavras e expressões, conforme abordado por autores como Léonard (2018) e Foucault (2002), não é neutra: ela carrega em si uma carga semântica que pode reforçar ou transformar o entendimento sobre o tema em questão. As palavras são ferramentas poderosas na construção de significados e na delimitação do espaço discursivo, sendo, portanto, um ponto essencial de análise. Quando se trata de ecofeminismo, essa escolha reflete as visões de mundo, os valores e as soluções propostas para enfrentar as crises ambientais, sendo também uma estratégia de resistência contra as narrativas dominantes.

Foi realizado um processo de extração dos textos das publicações selecionadas dos sites das revistas AzMina e Volcánicas e, em seguida, por meio da utilização da ferramenta de gerador de nuvens de palavras gratuito da *Vennage*, identificamos as palavras mais recorrentes. A frequência dessas palavras permitiu observar quais temas são priorizados e quais conceitos são mais enfatizados e como eles se relacionam no contexto da justiça climática.

Durante a análise, foi dada, também, especial atenção à escolha das fontes e referências citadas nas publicações. O estudo de Bourdieu (1996) sobre o campo jornalístico revela a importância da autoridade das fontes e como a seleção delas pode influenciar a credibilidade e o impacto das mensagens. Assim, será realizada uma análise das fontes citadas nas publicações, com o intuito de verificar se há uma predominância de vozes ativistas, governamentais, acadêmicas ou outras, e como essa escolha reflete a abordagem crítica das publicações em relação às questões ambientais e de gênero. Estudos indicam que, no jornalismo ambiental, há uma forte presença de fontes ligadas ao Estado, à comunidade científica e a movimentos ambientais, evidenciando uma construção de agenda verde (Carvalho, 2005; Silva, Krohling, 2020)

4.2 Revista AzMina

A análise de conteúdo realizada teve como base dez produções narrativas publicadas pelo veículo AzMina, que exploram a interseção entre gênero, justiça climática e narrativas independentes. A seguir, vamos trazer os resultados das análises, que visam compreender as narrativas em si e refletir sobre o papel da comunicação na construção dessas histórias. Ao analisar as publicações selecionadas do veículo AzMina, é possível perceber uma diversidade significativa de autoras e formatos. As matérias variam desde reportagens, entrevistas e colunas opinativas até os divãs, onde leitores podem compartilhar suas próprias histórias.

A diversidade de autores e formatos narrativos é fundamental nas técnicas de comunicação contemporâneas, pois permite uma abrangência maior nas formas de comunicar, proporcionando múltiplos canais de engajamento e expressão. Como argumenta Canelo (2014), a comunicação não pode ser vista apenas como um reflexo da realidade, mas como uma prática que constrói e negocia significados. A diversidade de formatos e vozes no AzMina se insere dentro desse conceito de construção de realidades, já que permite que diferentes tipos de públicos – desde os mais informados até aqueles que buscam uma narrativa mais próxima de suas experiências – se identifiquem com o conteúdo, refletindo as múltiplas facetas das questões climáticas e de gênero.

Em um cenário de comunicação cada vez mais fragmentado e polarizado, a variedade de abordagens e vozes se torna uma ferramenta para criar conexões mais autênticas com as diversas audiências. No contexto digital atual, esse fenômeno é amplificado pelo uso de plataformas como as redes sociais, que permitem não apenas o consumo de conteúdos, mas também a participação ativa dos leitores.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o veículo AzMina adota uma abordagem multimídia, replicando seus conteúdos do site nas redes sociais, como Instagram, X (antigo Twitter), YouTube, Spotify, entre outras. Ao fazer isso, ela atende aos algoritmos e formatos específicos de cada rede, ampliando seu alcance e facilitando o engajamento do público com questões relacionadas ao ecofeminismo e outras pautas sociais importantes. Essa estratégia permite que a revista se conecte de maneira mais eficaz com diferentes segmentos de audiência, adaptando-se às particularidades de cada plataforma e criando uma experiência mais dinâmica e interativa para seus seguidores.

A abordagem ecofeminista de Azmina, como vimos na revisão dos estudos de Angelin (2016), segue a linha clássica, ao criticar as estruturas patriarcais e os capitalistas. Também segue a corrente construtivista, com uma abordagem prática e multidisciplinar, promovendo soluções concretas que integram justiça social, sustentabilidade e direitos humanos, buscando transformar as estruturas sociais e ecológicas de forma holística.

A autora e pesquisadora em comunicação, Hutz (2010), enfatiza a importância das vozes periféricas e da interação do público com o conteúdo produzido, um aspecto que se reflete nas práticas do AzMina. A seção dos divãs, por exemplo, se configura como uma estratégia de interação direta, permitindo que as leitoras compartilhem suas próprias vivências e percepções sobre a justiça climática e a opressão de gênero.

Além disso, a diversidade de formatos também se alinha com os princípios do jornalismo independente. Segundo a pesquisa de Costa e Pina (2018), o jornalismo independente vai além da mera transmissão de informações, oferecendo um espaço para discussões e uma abordagem crítica das questões sociais e políticas. O jornalismo independente se distancia da agenda imposta pelos grandes meios de comunicação, buscando engajar diretamente o público em uma construção coletiva do saber.

No caso do AzMina, isso se traduz em uma abordagem mais democrática, onde o público, como destaca Guerra (2016), não é apenas receptor, mas também produtor de conteúdo e opinião. Esse processo fortalece o papel do veículo na construção de uma realidade mais inclusiva, pois dá visibilidade a narrativas de mulheres que, muitas vezes, não têm espaço nos meios de comunicação tradicionais.

Essa diversidade de formatos e autoras também se articula com o conceito de ciberativismo, que, como destacado por Castells (2012), é uma forma de ativismo que utiliza as redes digitais para mobilizar, engajar e disseminar ideias que desafiam as estruturas tradicionais de poder. No contexto da justiça climática e do ecofeminismo, a AzMina informa e fomenta o ciberativismo ao criar um espaço de resistência e de visibilidade para as mulheres que estão sendo diretamente afetadas pelas crises ambientais.

Neste cenário, o AzMina se posiciona como um importante agente de transformação social ao ampliar as narrativas sobre gênero e justiça climática, contribuindo diretamente para a democratização da informação. Ao dar voz às mulheres que estão na linha de frente das crises ambientais, o veículo participa ativamente de um movimento de ressignificação das

lógicas dominantes da mídia tradicional, mostrando que as questões ambientais e de gênero não são separadas, mas sim interdependentes e cruciais para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

O uso das palavras e a escolha dos formatos narrativos desempenham um papel central na maneira como essas histórias são contadas e interpretadas. As palavras utilizadas nos textos selecionados são escolhidas para transmitir, além dos fatos, um engajamento emocional com o leitor. O uso de expressões como "emergência climática", "mulheres desabrigadas", "responsabilidade", "heroínas" e "crimes ambientais" transmite a gravidade da situação, provocando a reflexão sobre as responsabilidades coletivas e individuais diante das mudanças climáticas. Essas escolhas lexicais carregam um peso semântico que ultrapassa a simples descrição da realidade, mobilizando o leitor para a ação, seja por meio da conscientização, empatia ou ativismo.

A diversidade de formatos — como reportagens, entrevistas, colunas opinativas e depoimentos — permite que diferentes perspectivas sejam apresentadas de maneira mais abrangente e plural. As reportagens fornecem contexto detalhado sobre as crises ambientais e seus impactos nas mulheres, enquanto as entrevistas oferecem uma visão mais pessoal e direta dos envolvidos, humanizando a narrativa. As colunas opinativas provocam o pensamento crítico e fomentam o debate, enquanto os depoimentos estabelecem uma conexão emocional mais forte com o público, tornando as histórias dessas mulheres mais próximas e impactantes.

Por meio dessas escolhas, o AzMina não só informa, mas também instiga o leitor a questionar as narrativas dominantes e refletir sobre o papel da mídia na construção de realidades. O uso de formatos narrativos variados e palavras escolhidas a dedo pelo seu significado constitui uma estratégia de comunicação eficaz, o que contribui para o fortalecimento do ciberativismo ao engajar leitores de diferentes perfis e fomentar uma discussão mais ampla sobre as questões de gênero e justiça climática.

Com a nuvem de palavras, é possível visualizar a frequência e a intensidade com que determinados temas e palavras são abordados nas matérias analisadas. A nuvem ajuda a identificar os conceitos-chave e as ênfases que permeiam as produções do AzMina, destacando, por exemplo, as questões mais urgentes relacionadas à justiça climática e ao papel das mulheres nessas crises.

Figura 1 - Nuvem de Palavras Revista AzMina



Fonte: autoria própria (2025).

As palavras mais recorrentes nas matérias analisadas — "mulheres", "indígenas", "Amazônia", "mudanças climáticas", "resistências", "ambiental", "territórios", "comunidades" e "migração" — refletem o compromisso da mídia em abordar questões interseccionais e urgentes do contexto contemporâneo, especialmente quando vistas sob a ótica do feminismo e da luta contra a crise climática.

A repetição de "mulheres" como uma palavra-chave nas publicações da revista não é acidental. Ela denota a centralidade das mulheres, especialmente as de grupos marginalizados, em qualquer discussão sobre sustentabilidade e justiça climática. Como argumenta a ativista e teórica feminista Vandana Shiva, a luta pela terra e pelos direitos ambientais das mulheres é uma luta pela preservação da vida. Mulheres, particularmente as indígenas e rurais, são frequentemente as mais afetadas pela destruição ambiental, pois dependem diretamente dos recursos naturais para a sua sobrevivência. A escolha da Revista AzMina em focar essas mulheres não é apenas uma questão de visibilidade, mas de afirmação do seu protagonismo nas narrativas de resistência e transformação social.

Em relação ao termo "indígenas", é possível perceber um alinhamento da revista com a construção de um feminismo decolonial que se opõe à visão hegemônica e patriarcal sobre o meio ambiente. A Amazônia emerge, então, não apenas como um espaço geográfico, mas como um símbolo de resistência e de preservação de culturas, saberes e práticas ancestrais que contrariam as lógicas de destruição promovidas pelo capitalismo globalizado. A crise ambiental e a crise dos direitos humanos se entrelaçam na luta dos povos indígenas,

especialmente das mulheres indígenas, que são duplamente oprimidas: pela colonização e pelo patriarcado. A presença desses temas nas publicações da AzMina é uma forma de resistência à invisibilidade e marginalização dessas populações na mídia tradicional.

O conceito de "mudanças climáticas" é o que conecta a crise ambiental ao feminismo de forma mais explícita. As mulheres, particularmente em contextos de vulnerabilidade, como em territórios de fronteira e áreas de conflitos ambientais, são as mais afetadas pelas consequências das mudanças climáticas. Elas lidam com a escassez de recursos naturais, com a destruição de suas casas e com o aumento das violências. Como destaca Karen Warren, a visão feminista da natureza e do meio ambiente aponta para a necessidade de uma relação mais igualitária e respeitosa com o planeta, e a Revista AzMina está cumprindo um papel importante ao trazer essa interconexão de forma visível e acessível.

Quando a resistência se torna um dos termos centrais, a revista reforça a ideia de que o feminismo, longe de ser uma ideologia estanque, é um movimento de luta constante e multifacetada. A resistência não é apenas contra as mudanças climáticas, mas também contra a opressão colonial, patriarcal e capitalista. A "resistência" feminina é apresentada como uma forma de salvar não apenas o meio ambiente, mas também as culturas e os modos de vida que ele sustenta, desafiando as normas dominantes e propondo alternativas sustentáveis de convivência.

A utilização de termos como "territórios" e "comunidades" é outra evidência de que a AzMina prioriza a abordagem comunitária e coletiva, em contraste com as narrativas individualistas predominantes nas mídias tradicionais. A coletividade, no contexto do feminismo e da sustentabilidade, é vista como uma chave para a transformação social. As comunidades locais, em particular as que vivem em regiões afetadas por crises ambientais, como a Amazônia, têm muito a ensinar sobre resistência, resiliência e soluções coletivas para a crise climática.

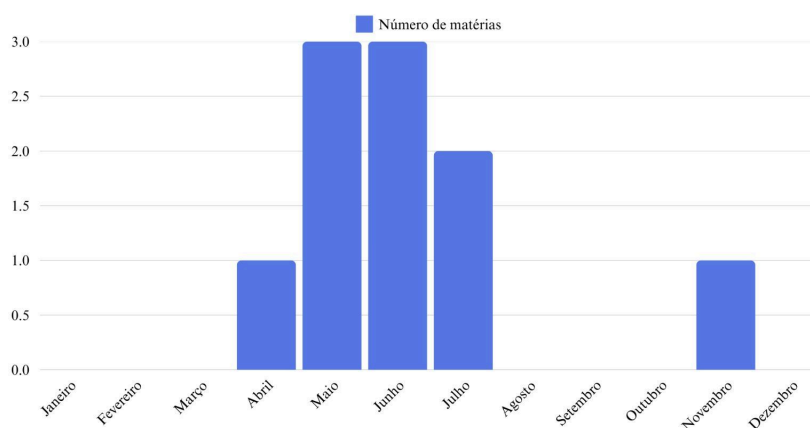
Por fim, a palavra "migração" surge como um reflexo das deslocações forçadas que já estão ocorrendo devido às mudanças climáticas, com mulheres, em sua maioria, sendo as mais afetadas por essas migrações forçadas. As mulheres que migram, especialmente as que vêm de territórios indígenas ou rurais, enfrentam múltiplas vulnerabilidades. A revista, ao abordar esse termo, está destacando como a crise ambiental não pode ser dissociada das questões de gênero, classe e etnia. O feminismo, nesse caso, não é apenas uma crítica ao patriarcado, mas

uma proposta de ação para construir sociedades mais justas e igualitárias em tempos de mudanças forçadas.

Em suma, a Revista AzMina, ao utilizar essas palavras-chave e ao tratar desses temas, cumpre um papel essencial em dar visibilidade a um feminismo que, ao contrário da mídia tradicional, propõe uma nova leitura sobre o meio ambiente, as mudanças climáticas e as crises sociais. Seu compromisso com a diversidade de vozes é a base para a construção de um jornalismo que, ao invés de seguir as pautas homogêneas e muitas vezes desinformadas, traz à tona as lutas e as histórias de mulheres, indígenas e outras comunidades que estão na linha de frente da resistência ambiental e social. Esse é o papel de uma mídia feminista independente: ser uma plataforma de resistência e transformação social, uma voz para as vozes silenciadas.

A partir dessa análise, podemos seguir com o gráfico que mostra a distribuição temporal das reportagens, observando o maior número de publicações nos meses de maio e junho de 2024.

Gráfico 1 - Distribuição de matérias ao longo do ano da Revista AzMina



Fonte: autoria própria.

Essa concentração de matérias pode ser diretamente relacionada ao impacto das enchentes no Rio Grande do Sul, que ocorreram no final de abril e início de maio do mesmo ano. O aumento de reportagens sobre o tema reflete uma resposta da mídia às tragédias climáticas que estavam acontecendo naquele momento, além de mostrar uma maior urgência na cobertura de temas ambientais quando crises dessa magnitude acontecem. A frequência das

publicações no meio do ano pode ser vista como um reflexo do ciclo noticioso e da necessidade de dar visibilidade às questões emergentes em tempos de catástrofes ambientais.

Essa resposta da mídia pode ser compreendida também a partir do conceito de gatilho jornalístico. Trata-se um elemento que desperta a atenção da audiência e mobiliza a cobertura de um evento ou fenômeno. Ele pode ser uma crise, um acidente, ou qualquer outro acontecimento de grande impacto que gera uma necessidade imediata de comunicação.

No contexto das enchentes do Sul do Brasil, o impacto visual e humano das tragédias funcionou como um gatilho, ativando uma maior cobertura e refletindo uma urgência na divulgação das questões climáticas e suas consequências. Esse fenômeno evidencia como a mídia se adapta e responde rapidamente a eventos de grande magnitude, ajustando a agenda noticiosa e priorizando temas que estão em evidência devido ao contexto emergencial.

Esses gatilhos jornalísticos não apenas respondem à urgência de eventos climáticos e sociais, mas também desempenham um papel sensível e fundamental na propagação de pautas importantes, como o ecofeminismo. Ao focar na cobertura de momentos críticos, como a tragédia no território gaúcho, a mídia cria uma abertura para discutir, de forma sensível e humanizada, a interconexão entre gênero e meio ambiente. A amplificação dessas questões ambientais e de gênero pode gerar uma reflexão mais profunda sobre a vulnerabilidade das mulheres, especialmente as que vivem em condições de maior fragilidade social, em contextos de desastres ambientais.

O ecofeminismo, ao conectar a opressão das mulheres com a destruição ambiental, ganha uma visibilidade necessária quando as crises climáticas expõem as desigualdades de maneira tão evidente. A forma como essas tragédias são abordadas pode sensibilizar o público para o fato de que as mulheres, especialmente as marginalizadas, enfrentam os impactos mais severos desses desastres. Em vez de simplesmente relatar um evento, as reportagens têm o poder de mostrar como as mulheres se tornam agentes de resistência e transformação frente a essas adversidades, destacando sua força, resiliência e papel central na recuperação e adaptação às mudanças climáticas.

Quando eventos de grande impacto, como as enchentes, tornam-se o centro das atenções, eles abrem espaço para que temas como o ecofeminismo sejam tratados de maneira mais ampla e profunda, não apenas para denunciar injustiças, mas para promover uma compreensão mais empática e inclusiva das questões ambientais. Ao colocar o foco nessas

histórias de resistência e cuidado, a mídia tem o potencial de sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre a importância de pensar e agir de forma integrada em relação à justiça social e ambiental.

Essa abordagem sensível, longe de se apropriar das tragédias, busca dar visibilidade a quem está mais exposto e vulnerável, permitindo que essas narrativas contribuam para a construção de um futuro mais justo e sustentável. Ao fazer isso, a mídia se torna um elo entre a urgência das questões ambientais e a necessidade de transformar as estruturas que perpetuam desigualdades, impulsionando uma ação coletiva mais solidária e consciente.

4.3 Revista Volcánicas

Ao longo de 2024, a revista Volcánicas abordou temas que interligam os direitos humanos, sustentabilidade ambiental e as lutas sociais, com destaque para a atuação de mulheres, especialmente as indígenas, na preservação do meio ambiente. A crise hídrica, a degradação ambiental causada pela desflorestação e as atividades econômicas predatórias, como o narcotráfico e o agronegócio, são temas recorrentes nas publicações, assim como o impacto dessas crises sobre a fauna, flora e as comunidades mais vulneráveis.

Além disso, há uma análise crítica do ecofeminismo e sua relação com a luta contra a destruição ambiental, abordando a importância de se pensar as questões ecológicas a partir de uma perspectiva de gênero. A resistência cultural das mulheres, a preservação da biodiversidade da Amazônia e as questões sobre consumo sustentável, como a denúncia contra a *fast fashion*, também são temas centrais. Ao todo, foram 19 matérias do veículo selecionadas e analisadas para a presente pesquisa.

Dessa forma observamos, segundo Angelin (2016), a presença de uma corrente construtivista, com uma abordagem prática e multidisciplinar, promovendo soluções concretas que integram justiça social, sustentabilidade e direitos humanos, buscando transformar as estruturas sociais e ecológicas de forma holística. Mas também segue a linha clássica, ao criticar as estruturas patriarcais e os capitalistas.

O veículo, assim como a Revista AzMina, contou com uma multiplicidade de formatos narrativos. Dentre os formatos utilizados estavam incluídas análises (6), artigos de opinião (2), reportagens (4), entrevistas (3), um podcast, um vídeo, uma investigação e um conteúdo classificado como breves. Essa variedade reflete a intenção editorial de adaptar o

conteúdo às diferentes necessidades e expectativas do público, ampliando as possibilidades de engajamento e disseminação das mensagens.

Ao diversificar os formatos, as mídias tornam a informação acessível a públicos com diferentes estilos de aprendizado e consumo. Segundo Jenkins et al. (2006), em *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*, a convergência de mídias permite que as mensagens circulem por múltiplas plataformas, atendendo a públicos variados e aumentando o impacto social da comunicação.

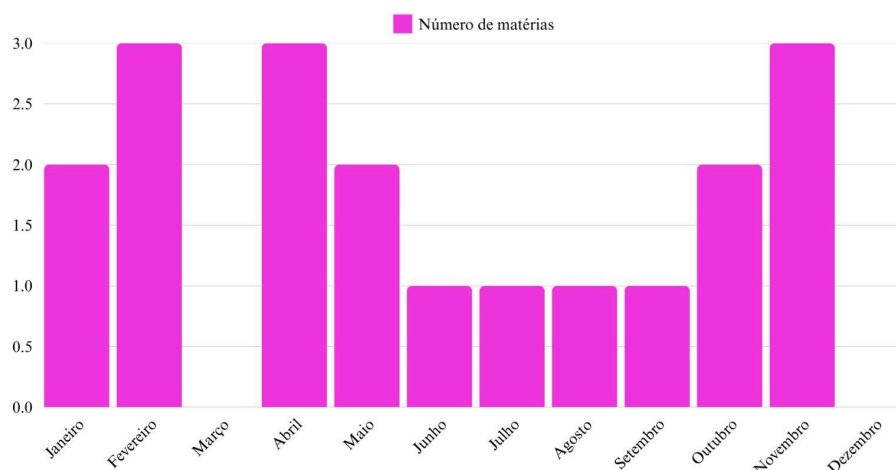
Essa abordagem é corroborada pelo relatório da UNESCO (2021) que destaca a relevância de produzir materiais em múltiplos formatos como forma de democratizar o conhecimento, superando barreiras de acessibilidade, como aquelas enfrentadas por pessoas com deficiências visuais ou auditivas. Nesse sentido, a diversidade de formatos revela-se uma ferramenta essencial para promover uma comunicação mais inclusiva e efetiva, alinhada aos princípios da justiça social e da democratização da informação.

A mídia analisada também apresenta uma diversidade de autoras nas matérias, com um total de 10 autoras diferentes entre as 19 publicações. A inclusão de vozes femininas diversas na produção editorial é uma estratégia amplamente debatida na literatura acadêmica, sendo considerada essencial para assegurar representatividade e pluralidade nos discursos midiáticos.

De acordo com hooks (2000), a presença das mulheres nas mídias é crucial para a desconstrução das estruturas patriarcais, promovendo, assim, uma comunicação mais inclusiva e equitativa. Essa abordagem não apenas desafia narrativas dominantes, mas também abre espaço para uma maior diversidade de perspectivas, refletindo a multiplicidade de experiências e identidades femininas.

A análise da distribuição das matérias publicadas ao longo do ano pela Volcánicas revela uma relação significativa entre a produção editorial e os eventos de maior relevância no cenário feminista e ambiental. Essa distribuição de publicações parece alinhar-se com momentos-chave, nos quais questões urgentes, como crises climáticas e debates globais, ganham destaque. A seguir, apresenta-se o gráfico que ilustra a distribuição das matérias sobre a temática ao longo dos meses.

Gráfico 2 - Distribuição de matérias ao longo do ano de 2024 da Revista Volcánicas



Fonte: autoria própria (2025).

No final de 2024, os meses de fevereiro, abril e novembro apresentaram uma concentração significativa na produção de matérias pela Volcánicas. Em fevereiro, observa-se um alinhamento com o período que antecede o Mês da Mulher, marcado por debates históricos e contemporâneos sobre gênero e feminismo.

No mês de abril, a produção foi impulsionada por eventos de grande impacto ambiental, como incêndios florestais e a escassez hídrica na América Latina. Destaca-se, nesse contexto, o incêndio ocorrido na região de Los Chimalapas, em Oaxaca, México, que, segundo dados do jornal Diálogos do Sul, devastou aproximadamente 34 mil hectares ao longo de 33 dias, entre 24 de março e 26 de abril.

Já em novembro do mesmo ano, os conteúdos convergiram com marcos globais de discussões climáticas, como a COP29 (11 a 22 de novembro) e o G20 (18 e 19 de novembro), eventos que ampliaram a visibilidade das crises ambientais e socioeconômicas no cenário internacional.

No decorrer de 2024, o veículo midiático independente também trouxe relatos sobre a migração forçada de mulheres latino-americanas, conectando esse fenômeno às crises climáticas. O deslocamento de comunidades inteiras devido à desertificação ou à exploração de recursos naturais muitas vezes coloca as mulheres em situações de vulnerabilidade extrema, aumentando os riscos de violência de gênero.

Outro ponto alto das discussões foi a relação entre ecofeminismo e as práticas de cuidado comunitário, frequentemente lideradas por mulheres. A revista destacou iniciativas

locais onde lideranças femininas atuam na proteção de biomas como a Amazônia, em um movimento que não apenas denuncia o impacto da devastação ambiental, mas também propõe soluções baseadas no conhecimento ancestral.

Em seguida, apresentamos a nuvem de palavras que reúne os termos mais recorrentes nas matérias analisadas da revista, o que nos permitirá compreender de forma visual e mais aprofundada os temas centrais abordados e como eles se conectam ao discurso ecofeminista promovido pela publicação.

Figura 2 - Nuvem de Palavras Revista Volcánicas



Fonte: autoria própria (2025).

A análise das palavras mais frequentes nas publicações da Volcánicas — "resistências", "mulheres", "indígenas", "Amazônia", "água", "comunidades", "territórios", "cultura", "crise", e "ambiental" — revela a profundidade do compromisso da revista com a visibilidade e a valorização das lutas feministas e ecológicas em um contexto latino-americano. Cada uma dessas palavras reflete uma agenda política e social que intersecciona questões de gênero, classe, raça, e ecologia, moldando uma narrativa que desafia as estruturas de poder dominantes e amplia as vozes de mulheres e comunidades historicamente marginalizadas.

"Resistências" aparece como uma palavra-chave para entender a proposta da Volcánicas, uma vez que sua missão é justamente dar visibilidade às lutas contra um modelo econômico e ambiental predatório. A resistência aqui não é apenas contra a violência institucionalizada, mas também contra os efeitos devastadores de uma globalização que

ignora as particularidades culturais e territoriais das populações afetadas. A resistência é um processo constante de reinvenção das relações de poder, especialmente em um contexto de crescente crise climática e social.

O termo "mulheres" está intimamente ligado à denúncia das desigualdades de gênero, sendo uma ferramenta essencial para dar protagonismo às mulheres nas narrativas sobre mudanças sociais e ambientais. A revista adota uma perspectiva feminista interseccional, abordando as mulheres não apenas como vítimas de uma crise ambiental, mas como agentes ativas na reconstrução de seus territórios e modos de vida. A jornalista e teórica Françoise d'Eaubonne (1974) já afirmava que a luta feminista não pode ser dissociada das questões ambientais, e a Volcánicas segue essa linha ao ressaltar como as mulheres, especialmente as indígenas e rurais, enfrentam as consequências das crises ecológicas com resiliência e inovação.

A presença de "indígenas" e "Amazônia" nas publicações da revista é um reflexo do compromisso com a defesa dos territórios ancestrais e das culturas indígenas. Esses povos têm sido, historicamente, os guardiões das florestas e dos ecossistemas mais vitais do planeta, e a Volcánicas posiciona-se como uma aliada no fortalecimento de suas vozes. A Amazônia não é apenas um símbolo de biodiversidade, mas um espaço de resistência contra o avanço do agronegócio, da mineração e da destruição sistemática. As mulheres indígenas, em particular, são vistas como defensoras das águas, das florestas e da vida, em uma conexão intrínseca entre os seus corpos e os territórios que habitam. O feminismo decolonial, como defendido por Maria Miès, interage diretamente com essas lutas ao desafiar as narrativas coloniais que relegam as mulheres indígenas e suas culturas a um segundo plano.

"Água" surge como um elemento simbólico e prático fundamental para a sobrevivência, tanto no contexto da crise ambiental quanto na luta por direitos territoriais. A escassez e a privatização das águas têm implicações profundas para as mulheres, que são as responsáveis pela gestão desse recurso nas comunidades. Ao abordar a água como um bem comum e essencial à vida, a Volcánicas adota uma postura crítica em relação às políticas de privatização e destruição dos recursos hídricos, promovendo a ideia de que a água é um direito das populações, e seu acesso deve ser garantido, especialmente para as mulheres e as comunidades mais vulneráveis.

Os conceitos de "comunidades", "territórios" e "cultura" têm um papel central, pois trazem à tona a importância do vínculo entre as pessoas e seus espaços de vida. Esses termos são fundamentais para compreender a forma como as populações locais enfrentam as ameaças ambientais e resistem às tentativas de expropriação de suas terras e saberes. As mulheres que

vivem nesses territórios não são apenas afetadas pelos desastres ambientais, mas também atuam como protetoras da cultura e dos modos de vida locais. A cultura aqui não é apenas uma tradição, mas um modo de viver em harmonia com a natureza, que precisa ser preservado diante de um modelo de desenvolvimento que ignora as especificidades locais.

A palavra "crise", que aparece com destaque, reflete a urgência com a qual a Volcánicas lida com as questões contemporâneas, principalmente a crise ambiental e a crise social que ela gera. A crise ambiental não é somente uma questão ecológica, mas também uma questão de justiça social, e a revista faz questão de problematizar as conexões entre esses dois campos. Ao usar o termo "crise", a Volcánicas denuncia a gravidade da situação e aponta para a necessidade de ações coletivas e feministas para enfrentar as adversidades.

Finalmente, o termo "ambiental" é recorrente, pois faz parte do núcleo de suas preocupações. A crise ambiental não pode ser dissociada das questões sociais e de gênero, e a revista, ao discutir esses temas, apresenta um posicionamento crítico e transformador. As lutas feministas e as lutas ambientais são entendidas como indissociáveis, e a Volcánicas se coloca na vanguarda dessa discussão ao dar voz a mulheres que estão na linha de frente dessas resistências.

Em suma, as palavras-chave presentes nas publicações da Volcánicas não apenas refletem os temas centrais da revista, mas também reafirmam o seu papel como um veículo de resistência e transformação. Ao focar em questões como "resistências", "mulheres", "indígenas", "Amazônia", e "crise ambiental", a revista constrói uma narrativa que articula o feminismo com a defesa do meio ambiente, dando visibilidade às lutas de mulheres e comunidades que são sistematicamente marginalizadas pelas mídias tradicionais. Dessa forma, a Volcánicas contribui para a construção de uma mídia mais justa, plural e comprometida com as urgências do nosso tempo.

4.4 Constatações

Ao analisarmos as matérias publicadas em ambas mídias, entre o período de 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, observamos que AzMina (Brasil) foca sobretudo em temas ligados às mulheres, indígenas, os territórios e a crise climática. Volcánicas (Colômbia) foca na sobretudo palavra resistência, mas também com destaque para mulheres e indígenas, uma clara valorização das lutas feministas e ecológicas latino-americanas.

Tendo em vista que na prática somente alguns países recebem destaque na cobertura midiática tradicional, constatamos que ambas as publicações são exemplos de mídias

independentes na América Latina. Elas não apenas desafiam as estruturas hegemônicas, mas promovem a conscientização, mobilização e RESISTÊNCIA em torno das crises climáticas e sociais. Através de suas narrativas, elas conectam demandas locais e regionais em redes de solidariedade transnacionais, criando uma frente unificada contra as crises impostas pelo neoliberalismo e o patriarcado capitalista.

O movimento ecofeminista, como vimos na revisão de literatura, dialoga com as bases do feminismo clássico, mas propõe um olhar mais abrangente e transversal. Ele não apenas rejeita as hierarquias entre homens e mulheres, mas também entre a humanidade e a natureza, reconhecendo a interdependência desses elementos.

No ciberespaço, como vimos em Castells (2009), encontram terreno fértil para operar e se expandir. A internet facilita a formação de redes horizontais de comunicação que contrastam com as hierarquias rígidas dos conglomerados de mídia tradicionais. Nessas redes, indivíduos e coletivos podem criar e distribuir conteúdo de forma autônoma, promovendo um fluxo mais democrático de informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fragmentação nas narrativas do jornalismo tradicional e o agendamento, privilegiando interesses das elites econômicas e políticas, inviabiliza uma abordagem holística das crises climáticas. Em contraste, as mídias independentes resistem a essa lógica, oferecendo uma alternativa que valoriza práticas sustentáveis e respeita a diversidade cultural e biológica. Reconhecem o protagonismo das mulheres na defesa do meio ambiente, destacando seu papel como líderes em comunidades e como defensoras de práticas regenerativas.

Neste cenário, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo analisar as mídias independentes feministas latino-americanas, com enfoque no ecofeminismo e nas questões de justiça climática. O foco principal é a importância do ativismo feminino na construção de um futuro sustentável para a região.

Buscou-se, com o estudo, responder às seguintes perguntas de pesquisa: i) Como mídias independentes como a revista AzMina (Brasil) e Volcánicas (América Latina e Caribe) contribuem para a democratização da informação e a construção de narrativas sobre justiça climática e para o ecofeminismo?; ii) Quais estratégias de comunicação são eficazes na sensibilização e engajamento do público?

O procedimento metodológico incluiu a pesquisa bibliográfica com autores sobre feminismo, ecofeminismo, jornalismo e mídias independentes. Também foi feita a análise de conteúdo de duas publicações selecionadas (AzMina e Volcánicas), seguindo as etapas propostas por Laurence Bardin (1977). Fizemos a seleção das publicações e período de análise, a organização e a categorização de informações das publicações, submetidas a um exame qualitativo ou quantitativo, possibilitando compreender padrões, tendências e significados em contextos específicos.

A análise de conteúdo das matérias de ambas as publicações entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, resultou em 10 reportagens na revista AzMina e 19 na Volcánicas. Fizemos nuvens de palavras, com apoio da ferramenta *Vennngage*, e observamos que as palavras mais recorrentes nas matérias da AzMina eram "mulheres", "indígenas", "Amazônia", "mudanças climáticas", "resistências", "ambiental", "territórios", "comunidades" e "migração". Essas palavras refletem o compromisso da mídia em abordar questões interseccionais e urgentes do contexto contemporâneo, especialmente quando vistas sob a

ótica do feminismo e da luta contra a crise climática.. Em Volcánicas as palavras mais usadas foram "resistências", "mulheres", "indígenas", "Amazônia", "água", "comunidades", "territórios", "cultura", "crise", e "ambiental" .

Cabe aqui refletir quanto ao papel dessas mídias alternativas feministas na redefinição do espaço jornalístico, especialmente no que diz respeito às questões ecológicas e feministas. AzMina e Volcánicas exemplificam a relevância dessas vozes que, longe de serem periféricas, desempenham um papel essencial na transformação das narrativas dominantes. Em um cenário midiático caracterizado pela homogeneidade e pela falta de profundidade nas abordagens de questões ambientais e de gênero, esses veículos surgem como agentes de mudança, dando visibilidade a histórias e experiências frequentemente silenciadas.

Ao priorizar as perspectivas das mulheres, indígenas e outras comunidades marginalizadas, essas publicações não apenas ampliam a compreensão sobre as crises ecológicas, mas também propõem soluções baseadas em saberes ancestrais e em práticas de resistência cotidianas. Dessa forma, a atuação de veículos como AzMina e Volcánicas vai além da mera representação, propondo um modelo de jornalismo ético e comprometido com a verdade, onde as vozes que lutam pela preservação ambiental e pela justiça social são escutadas e respeitadas.

Em um cenário dominado por narrativas hegemônicas, publicações de mídias alternativas como AzMina e Volcánicas se tornam meios de resistência e transformação social. Elas mostram que a diversidade de vozes não é apenas uma questão de representatividade, mas uma necessidade para a construção de narrativas mais completas, empáticas e verdadeiras. Dar espaço a essas vozes não é um favor, mas uma obrigação ética que redefine o jornalismo e amplia as possibilidades de um futuro mais justo e sustentável.

As práticas de cuidado comunitário, o fortalecimento da resistência feminina e a valorização dos saberes tradicionais são elementos centrais nesses espaços, que, ao trazerem à tona as experiências das mulheres nas trincheiras da luta ambiental, ampliam o horizonte do que é possível fazer por um mundo mais equitativo. A partir dessa análise, torna-se evidente que o papel das mídias independentes é crucial para a construção de uma narrativa coletiva e plural, que vai além da denúncia, propondo soluções baseadas na justiça ambiental e social.

A pesquisa revelou a relevância dessas mídias na defesa e engajamento das causas ecofeministas, que abalam tantas mulheres no planeta. A internet e o ciberespaço são

essenciais na luta e na resistência. Sem dúvida há muito ainda a se aprofundar e este trabalho não consegue mostrar todas as abordagens pela sua limitação. No entanto, traz para a discussão o papel de AzMina e Volcánicas ao dar visibilidade e voz para mulheres vulneráveis e esquecidas da América Latina e suas causas ecológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria José de. O feminismo revisitado: textos e contextos. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ALVAREZ, Sonia. Gender and the Politics of Feminism in Latin America. 1990.

ALVAREZ, Sonia E. Women's movements and gender politics in the Brazilian transition. *Gender & Society*, v. 4, n. 1, p. 56-81, 1990.

ARCOVERDE, José. Feminismo e justiça ambiental no Sul Global: uma perspectiva interseccional. 2016.

AZMINA. Emergência climática: como estão mulheres desabrigadas no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/os-livros-ajudam-a-fabular-um-mundo-que-tem-chance-de-ser-salvo/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

AZMINA. Indígenas conectadas à internet para quebrar estereótipos. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/indigenas-conectadas-a-internet-para-quebrar-estereotipos/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

AZMINA. Imagina uma casa que tá cinco dias embaixo d'água. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/porto-alegre-esta-colapsando/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

AZMINA. Mães tentam adiar fim do mundo. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/maes-tentam-adiar-fim-do-mundo/?swcfpc=1>. Acesso em: 12 dez. 2024.

AZMINA. Nenhuma mulher quer ser heroína, mas nas enchentes do RS minhas amigas foram. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/nenhuma-mulher-quer-ser-heroína-mas-nas-enchentes-do-rs-minhas-amigas-foram/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

AZMINA. Quebradeiras de coco babaçu defendem babacuais e economia familiar. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/quebradeiras-de-coco-babacu-defendem-babacuais-economia-familiar/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

AZMINA. Racismo ambiental e mudança climática. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/racismo-ambiental-mudanca-climatica/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

AZMINA. Revista AzMina. Disponível em: <https://azmina.com.br/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 2. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHES, Roland. O prazer do texto. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1949.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Publicação original: 1949).

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

CANELO, María José. Comunicação e construção de realidades: A prática jornalística como espaço de negociação de significados. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

CEVALLOS, Daniela. Impacto do Furacão Eta: Uma análise de gênero. Oxfam International, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

COSTA, Silvia; PINA, Natália. Jornalismo independente e o fortalecimento de narrativas periféricas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

D'EAUBONNE, Françoise. Le Féminisme ou La Mort. Paris: Pierre Horay, 1974.

DUARTE, J. Comunicação e pesquisa qualitativa: reflexões metodológicas e práticas. São Paulo: Atlas, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. Language and power. 2. ed. Harlow: Pearson Education, 1995.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Jorge Nascimento. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FRASER, Nancy. Fortunas do feminismo: Do capitalismo administrado ao neoliberalismo e além. São Paulo: Boitempo, 2013.

FREITAS, Juliana et al. Barragens e suas implicações sociais: Relatos do rompimento da barragem de Mariana. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 12, n. 4, p. 45-67, 2016.

GONÇALVES, Ana Clara; PACHECO, Beatriz. Impactos das barragens na vida das mulheres brasileiras: Um enfoque interseccional. *Cadernos de Pesquisa*, v. 51, n. 182, p. 115-132, 2021.

GUERRA, Aline. Mídia, gênero e a construção de espaços de resistência no jornalismo independente. São Paulo: Editora Annablume, 2016.

HOOKS, Bell. *Feminism is for Everybody: Passionate Politics*. Cambridge: South End Press, 2000.

HOOKS, Bell. *Vida das mulheres negras: moldando a teoria feminista*. 2015.

HUZ, Silvia. *A comunicação como processo de inclusão: A importância das vozes periféricas no cenário contemporâneo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

KUHNEN, Ariane. *Ecofeminismo: Inter-relações entre feminismo e ecologia*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

LAHAR, Stephanie. *Ecofeminist Theory and Grassroots Politics: Discussing the “Political” in Ecofeminism*. In: WAREN, Karen J. (Ed.). *Ecofeminism: Women, Culture, Nature*. Bloomington: Indiana University Press, 2003. p. 1-14.

LAKOFF, George. *Don't think of an elephant!: know your values and frame the debate*. White River Junction: Chelsea Green Publishing, 2005.

LÉONARD, Géraldine. *A comunicação e a construção de significados: um olhar sobre o discurso e o papel das palavras na mediação social*. 1. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2018.

MARTINS, Thays; BELISÁRIO, Katia. *A representação da América Latina na mídia brasileira: análise de conteúdo das editoriais internacionais*, 2018.

MERCHANT, Carolyn. *The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution*. San Francisco: Harper & Row, 1980.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminism*. Londres: Zed Books, 1993.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture*. 2019. Disponível em:

<https://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/lang--en/index.htm>. Acesso em: 12 jan. 2025.

OXFAM. O Furacão Eta e seus impactos nas populações vulneráveis da América Central. Oxford: Oxfam International, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

PENA, Felipe. Jornalismo e Literatura: A sedução da palavra. São Paulo: Contexto, 2005.

RUETHER, Rosemary Radford. New Woman, New Earth: Sexist Ideologies and Human Liberation. New York: Seabury Press, 1975.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SHIVA, Vandana. Staying Alive: Women, Ecology, and Development. London: Zed Books, 2014.

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação de massa. 1 ed. Brasil: Wmf Martins Fontes, 2003.295